

Memorial acadêmico

**Profa. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida
Departamento de História – ICH da UFJF**

Memorial acadêmico elaborado como requisito parcial para a promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, nos termos da Portaria 982/MEC, de 03/10/2013, das resoluções 05/2014 e 01/2014, respectivamente do Conselho Superior e do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Outubro de 2019

Carla Maria Carvalho de Almeida

Memorial acadêmico

Memorial acadêmico elaborado como requisito parcial para a promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, nos termos da Portaria 982/MEC, de 03/10/2013, das resoluções 05/2014 e 01/2014, respectivamente do Conselho Superior e do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Juiz de Fora, 31 de outubro de 2019

Comissão de Avaliação

Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)

Profa. Dra. Hebe Mattos (UFJF)

Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso (UFRJ)

Profa. Dra. Júnia Furtado Ferreira

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte)

Agradecimentos

A trajetória que procurarei descrever neste memorial não teria sido possível sem a ajuda e o suporte de inúmeras pessoas. Contraí muitíssimas dívidas com todas elas ao longo deste percurso e, certamente, não conseguirei quitá-las jamais, talvez consiga, apenas, nomeá-las.

Sem o amor e a parceria do meu companheiro Ronaldo Pereira, que muitas vezes abriu mão de seus interesses para me apoiar, nada disso seria possível.

Meus filhos amados, Caetano e Olívia, que, desde suas chegadas, tornaram meus dias mais cheios, mais bagunçados e mais repletos de amor, formam a substância da minha existência e do meu olhar para a vida e, por isso, marcam indelevelmente também a minha vida acadêmica.

Minha grande família (mãe, irmãos, sogra, tias, tios, primos, primas), meus vizinhos e aqueles meus amigos vermelhinhos de todas as horas, tristes e alegres, me ensinaram a receber o conforto de um colo caloroso nos momentos de maior estresse.

Meus colegas do departamento de História da UFJF me ensinaram uma das lições mais preciosas da vida profissional: a força do trabalho coletivo. Me ensinaram ainda que o ambiente de trabalho pode ser muito conflituoso, mas pode ser também um espaço de construção de afetos permanentes.

Meus vários orientadores ao longo desta trajetória, da graduação ao pós-doutorado, que se tornaram quase todos meus amigos, me conduziram a uma reflexão cada vez mais aprimorada sobre o fazer história e o papel do historiador. Tive muita sorte por tê-los tido como guias.

Meus colegas e amigos queridos do ART sempre compartilharam e continuam a compartilhar comigo as alegrias e as aflições da pesquisa, e das descobertas de soluções para as indagações teóricas que nos consomem. No ART, meu grande amigo Francisco Cosentino (*in memoriam*) me mostrou uma empolgação com a profissão que eu ainda não experimentara. Me ensinou também que podemos fazer grandes amizades *depois de velhos*, como eu lhe dizia. Foi uma grande dor perdê-lo tão cedo.

Meus alunos da graduação e da pós me ensinaram e continuam a me ensinar muito mais lições do que eu jamais serei capaz de retribuir. Eles me renovam todos os dias. Todos eles são muito especiais, mas devo às minhas duas últimas turmas da disciplina *Abordagens cinematográficas da Época Moderna*, o encantamento de estar aprendendo junto. Nossas sessões de cinema são adoráveis.

Aos professores Andréa Lisly, Hebe Mattos, João Fragoso e Júnia Furtado, com os quais já tinha dívidas pregressas, ficarei devendo ainda mais por terem aceitado participar desta banca.

Agradeço muitíssimo a todos.

Sumário

1. Por que História?	07
2. A graduação em História na UFOP.....	11
3. A pós-graduação: o mestrado, a orientação de Ciro Cardoso e o encontro com João Fragoso	16
4. A pós-graduação: o doutorado, o primeiro contato com a docência e a descoberta dos acervos portugueses	20
5. O ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora	25
6. O Laboratório de História Econômica e Social	29
7. A Revista Eletrônica de História do Brasil e o Lamid	32
8. Um ponto fora da minha curva: o PNLD	35
9. A criação do Programa de Pós-graduação em História da UFJF e a coordenação	36
10. A formação de quadros	40
11. A consolidação da carreira	41
11.1. A bolsa de produtividade do CNPq	41
11.2. O programa pesquisador mineiro da Fapemig	43
11.3. A coleção <i>O Brasil Colonial</i>	44
11.4. Participação e coordenação em projetos interinstitucionais	45
12. Os dois estágios de pós-doutoramento	49
12.1. O pós-doc no PPGHIS da UFRJ	49
12.2. O pós-doc no ICS da Universidade de Lisboa	52
13. Um olhar analítico sobre a historiografia do período colonial, o Antigo Regime nos Trópicos e minha trajetória de pesquisa.....	57
14. Para onde irei	70
Anexo: Relatório de Atividades Docentes	72

1. Por que História?

Tenho grande dificuldade em separar minha vida privada da minha experiência acadêmica, o que tem vários aspectos negativos, mas também alguns positivos. Farei um esforço, na escrita deste memorial, para me concentrar na construção de uma narrativa que priorize minha vida acadêmica, mas de antemão já me desculpo se, por vezes, ela se tornar uma miscelânea das duas coisas. Principalmente quando se trata de descrever o início, não consigo dissociar as duas coisas. Por que, afinal, vim parar na História e na atividade docente?

Assim como temos lido em tantas introduções de teses e dissertações pelo país afora, eu também sou fruto da escola pública brasileira e devo muitíssimo a ela. Estudei por um breve período em escola privada por falta de alternativa onde residia. Sou também fruto de uma família em que várias gerações de mulheres se dedicaram à arte, ou ofício de ensinar. Minhas bisavós, minhas avós paterna e materna, minha mãe, as minhas quatro tias, todas viveram desse ofício, sempre ensinando em escolas públicas. Além disso, todas elas estavam sempre na cozinha, faziam crochê, bordavam e rezavam muito. Cresci me divertindo muito dentro das diversas cozinhas da minha família, admirando e brincando de ser professora, bordando, tricotando e rezando bastante. Talvez por isso, mesmo querendo fazer tudo diferente, eu tenha seguido pelo mesmo caminho. Só não dei continuidade às rezas, mas adoro cozinhar, bordar, tricotar, mas, sobretudo, adoro ensinar¹. De meu pai fiquei com o traço bem marcado da vontade de viajar e do gosto pela leitura. Acho que desta última influência veio o mais remoto desejo que me lembro de ter formulado para o meu futuro: eu iria conhecer o mundo e ser livre.

Acho que ninguém se torna historiador sem gostar de ler. Por isso acredito que a minha mais tenra formação acadêmica deve guardar uma relação

¹ Na verdade, sempre acho que aprendo muito mais do que sou capaz de ensinar.

simbiótica com a minha escolha profissional. Desde que a minha avó Negrita me ensinou as primeiras letras e que a melhor professora de primeira série já conhecida em Mariana me alfabetizou, Dona Maria Lúcia Camelo, eu nunca mais parei de ler. Tornei-me uma leitora compulsiva, diante da miscelânea de autores que passavam frente aos meus olhos desde bem novinha. Lia tudo que me caía às mãos: dos jornais e dos faroestes de bolso que meu pai lia todos os dias e eu surrupiava em seguida, passando pela coleção com a obra completa de Jorge Amado que minha mãe comprara de um vendedor que passou pela nossa porta, ou pela coleção de Monteiro Lobato que a minha vizinha tinha na estante, até os livros indicados na escola, todos eram devorados. Mas os livros mais aguardados e apreciados eram os que chegavam do “Círculo do Livro” todos os meses para minha Tia Cecília. Direto da seleção mensal do “Círculo do Livro” vinham parar em minhas mãos, não sem antes passarem pelas da Tia Cecília, Sidney Sheldon, Barbara Cartland, Agatha Christie, mas também Dostoievski, Gustave Flaubert, Balzac, Gabriel Garcia Marques, dentre tantos outros. Mas talvez o mais impactante livro ao qual tive acesso antes de ingressar na universidade tenha sido *A Ilha*, de autoria do meu conterrâneo, Fernando Morais. Fiquei completamente encantada por aquele povo que soube colocar para correr o imperialismo norte-americano e por aqueles incríveis jovens e heroicos líderes barbudos.

Embora nunca tenha me envolvido muito diretamente com a política partidária, acho que do meu pai herdei também a curiosidade pela vida política e a empatia com as demandas dos trabalhadores e dos mais desassistidos. Sempre adorei ouvir meu pai contar como ele se emocionava quando ouvia pelo rádio Getúlio Vargas iniciar seus discursos com a famosa interjeição “Trabalhadores do Brasil!”. Contava meu pai que um dos dias mais incríveis de sua vida foi quando, em 1954, ele viu e ouviu Getúlio na Praça da Liberdade em Ouro Preto bradar sua famosa frase. Para meu pai, Getúlio era mesmo o pai dos pobres e, por isso, ele o admirava tanto.

Nasci a 24 de setembro, poucos meses depois do golpe de 1964. Meu pai era um dos integrantes da célula brizolista Grupo dos Onze de Mariana. Este período sempre povoou meu imaginário, porque ouvia desde bem pequena minha mãe contar como ela tinha receio de meu pai ser preso e não estar por

perto quando eu chegasse. Meu pai, por sua vez, reforçava a versão da minha mãe ostentando um grande orgulho por ter feito parte da “resistência”. Bancário, que estudara só até a oitava série, mas muito bem informado, meu pai sempre falou muito sobre o valor da educação e sobre a necessidade dos trabalhadores se unirem para fazerem frente aos patrões. Quando adolescente, fui catequista em uma das áreas mais pobres de Mariana² e sempre me incomodou ver alguns com tanto e outros com tão pouco, o que ajudava a reforçar para mim o âmago do discurso do meu pai. Acho que estas experiências me influenciariam mais tarde a traçar um segundo objetivo/desejo para o meu futuro: entender por que o mundo era tão desigual e, quem sabe, conseguir fazer alguma coisa contra isso.

Sinceramente, não sei se há alguma conexão real e coerente entre ter me tornado historiadora e a minha trajetória de vida anterior, mas gosto de imaginar que sim. Adoro me lembrar da minha infância e adolescência em Mariana e das férias em Barra Longa na casa da minha avó e, por isso, gosto de pensar que, pelo menos em relação aos meus temas de pesquisa prediletos, a conexão faça sentido. Os enormes quintais das casas das minhas avós que chegavam até a beira do rio e as casas na roça dos parentes e amigos dos meus pais, onde sempre passávamos alguns dias nas férias, tinham um pouco de tudo: hortas, plantações de milho e mandioca, pomares de *árvores de espinho*, bananeiras, moinho de água para fazer fubá e farinha de mandioca, alambiques e criação de animais. Tudo isso aparecia com abundância nos inventários *post-mortem* que, posteriormente, me serviriam como fonte de pesquisa. Meu colega, amigo e por um tempo vizinho, Renato Pinto Venâncio, dizia que a enorme horta que durante um tempo cultivei em minha casa em Mariana era uma pequena amostra da diversificada economia de subsistência mineira que sempre gostei de estudar. Também gosto de pensar que meu interesse pelo estudo das elites está relacionado, ainda que muito tortuosamente, às percepções que fui desenvolvendo nas conversas com o meu pai sobre como os patrões podiam ser opressores e a importância de se compreender como as elites constroem seus

² Minha atividade de catequista era na capelinha de Santo Antônio, bem perto do bairro chamado Prainha que, naquela altura era bem menos povoado do que é hoje, mas já demarcava acentuadamente a grande desigualdade social existente na cidade.

mecanismos de dominação. Possivelmente esta meta-narrativa seja lida como excessivamente romântica e ingênua, mas faz algum sentido para mim.

Também atribuo algum peso na minha definição pela História, às aulas com o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, meu professor de História entre a 5ª e a 8ª séries. Apesar de muito contido e sério, suas aulas eram muito divertidas. Os livros utilizados eram os piores possíveis, mas o Cônego, como era chamado, tinha um divertido sistema de levar para circular em suas turmas várias fotos, que ele recebia de alguma instituição alemã, com breves explicações sobre as mesmas, retratando novidades e avanços científicos nas mais diversas áreas. Se me lembro bem, nestes postais eram apresentados descobertas e inventos científicos da medicina e engenharia, projetos arquitetônicos inovadores, museus, várias situações ligadas às artes plásticas e ao teatro, além de descobertas arqueológicas e históricas em diversas partes do mundo. Sempre aguardávamos ansiosos o dia das aulas com aquelas fotos. Aquela singela experiência me fez acreditar que a história era mais do que ficar decorando nomes e fatos. Ela podia me ajudar a viajar, a conhecer e a compreender o mundo no passado, mas também no presente e até, quem sabe, imaginar o que anunciava o futuro. Essa percepção se encaixava perfeitamente aos objetivos que vinha traçando para o meu futuro.

Talvez tudo isso seja apenas uma leitura muito enviesada e autocentrada sobre as motivações para a minha definição profissional e, provavelmente, a falta de outras opções em Mariana é que terá efetivamente pesado mais nessa escolha. Seja como for, o fato é que ingressei no curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto no ano de 1984. O campus com os departamentos de História, Letras e Educação da UFOP funcionava no prédio do antigo Seminário Menor, localizado em Mariana, bem próximo à casa dos meus pais³. Embora tenha me deparado com um curso bem diferente do que imaginara, minha empatia foi imediata. Curiosamente o Cônego, que era também diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), foi um dos meus primeiros professores na universidade. Nessa altura, no entanto, ele já deixara de ser tão divertido para mim, e outros professores bem mais jovens e

³ Felizmente, ainda hoje, depois das recentes disputas com a Igreja, o ICHS continua funcionando no mesmo local.

com uma formação muito mais ligada à pesquisa é que chamariam minha atenção⁴. Já no primeiro período, quando fomos apresentados aos arquivos locais, tive a certeza de estar fazendo a escolha certa.

2. A graduação em História na UFOP

O curso de História da UFOP, por estar em uma região privilegiada em termos da disponibilidade de acervos documentais e por contar naquele momento com muitos professores em processo de qualificação cursando mestrado ou doutorado, tinha uma grande ênfase nas atividades de pesquisa com fontes primárias, o que desde logo me fascinou. Foram professores na UFOP, àquela altura, vários jovens pesquisadores que, posteriormente, se tornariam referenciais para a historiografia brasileira: Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara, José Antônio Dabdab Trabulsi, José Carlos Reis, Carlos Fico, Ida Lewkowicz, Andréa Lisly Gonçalves, Heloiza Paulo, Ronald Polito, Theo Santiago, Marco Antônio Villa, dentre outros. Vários deles foram meus professores. Tal contexto de circulação de jovens professores muito ligados à pesquisa pelo departamento de História da UFOP, que ocorria paralelamente ao crescimento e fortalecimento da pós-graduação no Brasil, estimulou em nós, alunos, o interesse para ir além da formação em licenciatura.

Embora tenha ouvido, por diversas vezes, críticas negativas ao nomadismo dos professores ligados ao departamento de História da UFOP, minha percepção sempre foi inversa. Penso que a circulação tornava o ambiente instigante, cosmopolita e sempre em contato com as inovações intelectuais mais diversas.

Em meu primeiro semestre na universidade, o professor Ciro Cardoso esteve no ICHS ministrando um curso no qual desenvolvia o conteúdo de seu livro *Uma introdução à História*, lançado em 1981. Nessa obra, Ciro Cardoso

⁴ Apesar do fascínio que os novos professores me causavam, certamente continuei a guardar grande admiração e respeito pelo Cônego José Geraldo. Relendo agora o discurso por ele proferido na abertura do I Encontro Memorial do ICHS realizado em 2004, compreendo mais claramente sua importância para a criação e consolidação do ICHS/UFOP e a minha sorte em ter tido um professor de História tão ilustrado ainda no ensino fundamental. O discurso citado está disponível em: <https://ichs.ufop.br/diretoria-0>.

traduzia e tornava acessível ao meio acadêmico brasileiro os ensinamentos essenciais da *Escola dos Annales* para a construção de uma *história-problema*: a combinação de teorias, métodos e fontes primárias. Ainda sem compreender muito bem o real significado das propostas do professor Ciro, nasceu uma grande admiração intelectual por este professor e naquele momento começou a se delinear minha vontade de ir estudar na Universidade Federal Fluminense, de onde também vinham vários daqueles meus jovens professores.

Em 1985 participei do meu primeiro congresso da ANPUH que, naquele ano, ocorreu em Curitiba. Nesse evento frequentei o curso “Trabalho e Sociedade: transição feudalismo-capitalismo” ministrado por Francisco Carlos Teixeira da Silva. Formado pela UFF e orientado da professora Maria Yedda Linhares, inevitavelmente Francisco Carlos trouxe à tona, durante o curso, as implicações teóricas desta discussão para a realidade brasileira, sobretudo no período colonial. Embora nos anos seguintes da graduação fosse frequentar os mais diversos eventos com as mais diversas temáticas, penso que este curso acabou me influenciando de alguma maneira, já que, pelo menos até meu ingresso no mestrado, a questão dos períodos de transição era o que mais me instigava. Comecei, a partir daí, a me interessar por estudar o processo de transição escravismo-trabalho livre no Brasil. Tal interesse acabou me conduzindo aos debates, naquela ocasião, ainda muito acalorados, sobre como pensar o Brasil colonial. A descoberta dos embates teóricos entre as interpretações mais clássicas centradas nas explicações externalistas sobre o período colonial e as novas indagações trazidas, não unicamente, mas principalmente pela “escola do Rio”, me aproximavam cada vez mais da Universidade Federal Fluminense. Nas disciplinas ligadas à História de Minas, as leituras de autores como Roberto Borges Martins, Robert Slenes, Alcir Lenharo, Douglas Libby, Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, reforçaram em mim a importância de um olhar mais acurado para a dinâmica interna das sociedades escravistas na América.

Da minha graduação destaco duas outras experiências que marcariam fortemente a minha formação e os meus interesses futuros. Como monitora da disciplina Técnicas de Projeto de Pesquisa, entre 1986 e 1988, trabalhei auxiliando o Professor Carlos Fico na montagem e organização do Laboratório

de Pesquisa Histórica (LPH). No primeiro ano da monitoria desempenhei tarefas como: organização e catalogação das obras que integravam o acervo do laboratório e construção de um índice de assuntos dos artigos das várias coleções de periódicos existentes em tal acervo. No ano seguinte, ainda como monitora desta disciplina, o LPH levaria à frente o projeto “Constituição de acervos documentais em fontes não convencionais”. Atuávamos tendo por meta a criação de um acervo de fontes fotográficas sobre a região e outro de fonte oral. Juntamente com outros bolsistas, fiquei responsável pela constituição deste último acervo. Minha tarefa era desenvolver o trabalho de campo para viabilizar o registro de depoimentos orais com moradores do distrito de Lavras Novas, uma comunidade remanescente de quilombos do período colonial/imperial. Meu interesse pelas discussões sobre as formas de trabalho no Brasil dos séculos XVIII e XIX e, mais especialmente, pela temática da escravidão se aguçou ainda mais durante o desenvolvimento deste projeto.

A outra experiência marcante que tive na graduação foi o meu envolvimento com uma bolsa de iniciação científica sob a orientação do professor Gilberto Guerzoni Filho. Mesmo tendo concluído a licenciatura em dezembro de 1987, continuei ligada à universidade como estudante do bacharelado. Exatamente quando terminava meu trabalho como monitora, fui selecionada como bolsista do CNPq com o projeto “O movimento abolicionista na antiga região mineradora” que desenvolvi entre 1988 e 1989. Naquela altura os projetos apresentados ao CNPq eram de autoria dos alunos, mas precisavam de um professor que os submetesse para aprovação. Elaborei o projeto orientada pela professora Ida Lewkowicz quando cursava a disciplina História do Brasil Império. No entanto, como a professora Ida encontrava-se de partida da UFOP para a Unesp/Franca, o professor Gilberto Guerzoni, que atuava em Brasil Colônia, decidiu apresentar meu projeto, que acabou sendo aprovado. Foi minha primeira experiência com uma pesquisa empírica com fontes documentais manuscritas, e foi também o meu primeiro contato mais sistemático com a documentação cartorária da Casa Setecentista de Mariana (CSM). O projeto previa a utilização de periódicos e a consulta às cartas de alforria. Fiz o levantamento dos periódicos a serem utilizados no Arquivo Público Mineiro e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o que me permitiu conhecer estas duas

instituições fundamentais para a pesquisa histórica. Fiquei particularmente fascinada pela Biblioteca Nacional. Meus horizontes iam se ampliando e ligando cada vez mais os meus interesses às instituições do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento da pesquisa acabei me concentrando exclusivamente no segundo conjunto documental previsto no projeto. Assim, trabalhei com as cartas de alforria existentes na documentação cartorial da CSM, referentes às duas últimas décadas do período escravista (1870-1888). Procurei fazer uma tipologia das formas de concessão de alforrias e estabelecer a sua relação com a maior proximidade da movimentação abolicionista.

Dois eventos dos quais participei neste período reforçaram minha meta de dar continuidade ao estudo de temas ligados à sociedade escravista. Em 1987 foi promovido na UFOP o evento “Painel de História Social: debates”. Se não estou enganada, nele estiveram presentes Hebe Mattos e Sheila Faria⁵, jovens pesquisadoras da UFF, apresentando os resultados de suas pesquisas que derivavam das formulações inovadoras de Maria Yedda Linhares e Ciro Cardoso, descortinando um panorama da sociedade escravista muito mais dinâmico e diverso do que supunham as interpretações mais clássicas, o que me deixou muito instigada. Em 1988, fui ao Congresso Internacional sobre Escravidão realizado na Universidade de São Paulo, por ocasião das comemorações do centenário da abolição. Ali foi possível ver e ouvir numerosos pesquisadores com as mais diversas abordagens sobre a temática da escravidão. Finalmente, a leitura de *Transformação e trabalho numa economia escravista*, publicado por Douglas Libby em 1988, me deu a certeza de que iria permanecer estudando algum tema relacionado à escravidão e à dinâmica econômica em Minas.

Minha graduação foi também pontuada por uma formação muito marcante na área de teoria e metodologia da história. Tive como professores destas disciplinas José Carlos Reis, Ronald Polito e Carlos Fico. Todos eles ainda cursavam o mestrado, José Carlos na Filosofia da UFMG, Fico e Polito, em História na UFF. Traziam em suas bagagens muitas referências sobre o

⁵ Não certeza se foi mesmo nesta ocasião que as ouvi ou se teria sido no congresso sobre escravidão na USP no ano seguinte. Não consegui confirmar esta informação, mas é o que me diz a memória.

marxismo, sobre a Escola dos *Annales*, sobre os marxistas britânicos, sobre a aproximação da história com as outras disciplinas e transmitiam estas referências em suas aulas. Com José Carlos Reis fiz muitas leituras sobre o marxismo e a história e sobre os *Annales*. Com Ronald Polito conheci Foucault e sua microfísica do poder que foi muito marcante para mim. Entre 1987 e 1988, muito por influência do professor Carlos Fico, eu e meus colegas Ronaldo Pereira e Jurandir Malerba, fizemos muitas outras leituras sobre o marxismo. Dentre estas, as que mais me marcaram foram: *A crise da crise do marxismo e Considerações sobre o marxismo ocidental* de Perry Anderson; *A miséria da teoria e Tradición, revuelta y conciencia de classe* de E.P. Thompson; *Capitão Swing* de Eric Hobsbawm e George Rudé; além de *Ideologia do protesto popular* deste último autor. Além da inovadora perspectiva de valorizar o papel dos atores *do andar de baixo* na história, o que mais me impactou na leitura dos marxistas britânicos, notadamente em Thompson, foi sua recusa em se fixar numa análise baseada no marxismo dogmático e definir a empiria e o resgate da ação do sujeito como o único caminho viável para a construção da análise histórica. As recomendações feitas por Thompson, no seu célebre embate contra o estruturalismo de Louis Althusser, passaram a ser um mantra que até hoje me orienta. Dizia ele:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada⁶.

Embora nunca tenha me envolvido diretamente com o movimento estudantil, o aprendizado político nestes anos da graduação foi inevitável. Além de toda a movimentação nacional pelas eleições diretas, aqueles foram anos em que os estudantes precisaram ocupar por vários dias a reitoria da UFOP para

⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.182.

garantir a manutenção do transporte, da moradia e do restaurante universitário. Os estudantes do ICHS eram especialmente afetados por possíveis cortes nestas áreas. A maior parte dos meus colegas não era da região e, sem aqueles benefícios, simplesmente não conseguiriam se manter na universidade. Junto ao aprendizado acadêmico fui aprendendo a tomar partido na vida política.

No segundo semestre de 1989, comecei a me preparar para a seleção do mestrado na Universidade Federal Fluminense, e em 1990 ingressei no curso. A opção por fazer o mestrado na UFF esteve relacionada ao interesse que desde o início da minha graduação fora se construindo pelo meu contato com os estudos sobre escravidão desenvolvidos pelos pesquisadores daquela instituição, pelo meu apreço pela área de História Agrária, àquela altura muito forte dentro do programa de História Social, mas fundamentalmente pela minha grande admiração pelo Professor **Ciro Cardoso**⁷.

3. A pós-graduação: o mestrado, a orientação de **Ciro Cardoso e o encontro com **João Fragoso****

Ao iniciar o mestrado, ainda pensava em trabalhar com a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mais especificamente com o movimento abolicionista. No entanto, depois de cursar algumas disciplinas e de ter contato com novas leituras acabei reorientando minhas preocupações para questões mais estritamente ligadas à história econômica e à história agrária, mantendo sempre a região das Minas como objeto de análise. Quando defendi o projeto, em 1991, esta reorientação já estava clara. O título do projeto “Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850” é o mesmo da minha dissertação de em 1994. Acho que fui a última orientanda do professor **Ciro** na área da história agrária. Quando ingressei na UFF, o professor **Ciro** já estava quase integralmente dedicado à história antiga, mas depois de muita insistência de minha parte, ele aceitou me orientar.

Recordar a orientação que recebi do professor **Ciro Cardoso** é me remeter com saudades a um historiador brilhante e apaixonado pelo seu ofício, coerente

⁷ O Professor **Ciro Cardoso** foi paraninfo da minha turma da graduação.

e, a seu modo, engajado política e teoricamente. Mas é também me lembrar de um professor excepcional, como poucos são capazes de o ser, e de um orientador de enorme generosidade. Aqueles que tiveram a sorte de serem seus alunos certamente recordarão como suas aulas eram pautadas pela sofisticação intelectual, clareza e objetividade sem par. Por mais que pudéssemos não concordar com suas interpretações, suas exposições tão claras e tão bem fundamentadas nos obrigavam a tornar nossas discordâncias e indagações mais objetivas e a fundamentá-las substantivamente. Por uma discordância em aula, passávamos toda uma semana atrás de bibliografia que pudesse sustentar nossas ideias. Com isso estudávamos, líamos, vasculhávamos todas as bibliotecas disponíveis. Ou seja: ficávamos sempre instigados a buscar novas informações para nos posicionarmos adequadamente em suas aulas. Por vezes, seus posicionamentos teórico e político tão claros soavam como agressividade ou arrogância, mas nada mais eram do que fruto de sua clareza e coerência intelectual.

Sua generosidade como orientador era algo surpreendente. Como alguém com uma capacidade intelectual tão acima daqueles a quem orientava podia ser tão paciente, tão generoso e tão certo em suas considerações? O Prof. Ciro era capaz de passar horas me ajudando a resolver dúvidas elementares do trabalho de levantamento de dados ou a reformular questões que não estavam adequadamente apresentadas. Isso sempre me surpreendeu e, nesses tempos atuais em que o tempo é tão curto e a carreira é muito mais motivada pela quantidade da produção e muito menos pela dedicação à formação de quadros, pela vocação ou qualidade do que se produz, essa lembrança traz saudades e me deixa alerta para o que efetivamente importa na atuação de um professor.

Falar em Ciro Cardoso é também inevitavelmente demarcar a inflexão ocorrida no final dos anos de 1970 e na década seguinte na historiografia brasileira sobre o período colonial. Suas reflexões produziram uma necessária revisão nas explicações correntes sobre a escravidão nas Américas e também sobre o estatuto das sociedades coloniais. Numa época em que o trânsito internacional dos historiadores brasileiros não era tão frequente como hoje, Ciro Cardoso circulou por várias instituições europeias e latino-americanas, o que o

colocou em contato com métodos de pesquisa e preocupações comuns a outras tradições historiográficas. Sobretudo sua ligação com pesquisadores latino-americanos ligados à compreensão da América Hispânica e sua recusa em se ligar a um marxismo esquemático para a explicação da realidade colonial o conduziram a estar alerta para a necessidade de se observar a lógica interna das sociedades americanas e a não reduzi-las a meros apêndices da economia europeia.

Em consonância com as proposições de C. S. Assadourian, Héctor Pérez Brignoli, Maria Yeda Linhares, dentre outros, as ideias de Ciro Cardoso abriram caminho para um novo modo de olhar o período colonial valorizando a lógica interna das sociedades americanas sem abrir mão de pensá-las integradas à dinâmica externa. A partir dessas proposições genéricas, uma série de pesquisas produzidas, sobretudo nos programas de pós-graduação brasileiros, baseadas em *corpus* documentais até então não utilizados e com técnicas e métodos de pesquisa inovadores, demonstraram de modo irreversível a existência de uma dinâmica interna da sociedade colonial brasileira e demarcaram a força do mercado interno na definição desta dinâmica. Também a presença fundamental da escravidão não só nas áreas exportadoras como também em regiões ligadas ao mercado interno, tiveram destaque nas proposições de Ciro Cardoso e ganharam relevo nesses novos estudos. Motivada a desenvolver uma pesquisa sobre a região das Minas que se orientasse por esses parâmetros é que fui buscar a orientação do Professor Ciro na UFF.

O mestrado na UFF também me proporcionou a amizade e o encontro intelectual que ainda hoje considero o mais relevante de toda a minha trajetória acadêmica. Diante das várias angústias e indagações com o desenvolvimento da minha pesquisa do mestrado, o professor Ciro me sugeriu conversar com João Fragoso, até aquele momento desconhecido para mim. Ainda me recordo que, em nossa primeira conversa, João me sugeriu três leituras que ajudaram a resolver todas as questões que a pesquisa empírica me colocava e que, até então, eu não sabia como solucionar: “Problemas y metodos de la historia económica”, “Teoria econômica do sistema feudal” de Witold Kula e “Evolução

agrária e pressão demográfica” de Ester Boserup⁸. A leitura da dissertação do João sobre Paraíba do Sul também funcionaria como inspiração reveladora⁹. Sempre brinco ao contar essa história que, ao ler estas quatro obras, foi como se um portal de iluminação intelectual se abrisse para mim. Minha admiração e parceria com João Fragoso nunca mais se desfez. Por outro lado, o longo capítulo dedicado em minha dissertação à análise da população escrava em Minas só foi possível graças aos ensinamentos de Manolo Florentino que me ajudou a utilizar as informações dos inventários para trazer alguma luz sobre os cativos.

Gosto de pensar que minha dissertação de mestrado pode ser considerada um típico trabalho da linha de história agrária existente na UFF naquele momento, com ênfase especial à questão da escravidão: análise de fontes cartoriais com tratamento serial. Além da experiência concreta da pesquisa e da produção de um texto acadêmico que este trabalho me proporcionou, gosto de pensar também que as análises ali desenvolvidas trouxeram algumas contribuições relevantes para a historiografia revisionista sobre a região das Minas Gerais no período colonial. A necessidade de se relativizar, ou pensar em outros termos, a decadência da região das Minas por ocasião da crise da mineração; a grande diversificação econômica no interior da capitania e das unidades produtivas como parte estrutural do funcionamento do sistema econômico; a ampla difusão da posse de escravos paralelamente à sua grande concentração são algumas das ideias defendidas na dissertação e que vieram referendar teses já presentes na historiografia, corroborando-as com fontes ainda pouco exploradas nas análises sobre a região.

Embora nunca tenha publicado a minha dissertação, este é o trabalho do qual tenho mais orgulho e que considero o mais bem resolvido e melhor referendado, empírica e teoricamente. Os tempos eram outros e pude me dar ao luxo de trabalhar detidamente com 366 processos de inventários *post-mortem* e levar quase cinco anos para concluir a pesquisa. Com todas as limitações

⁸ KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Editorial Presença, 1979; KULA, Witold. *Problemas y metodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1973; BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em História), UFRJ.

naturais de uma pesquisa inicial, acho que o tempo que pude me dedicar a ela talvez explique a impressão que tenho de ter realizado um trabalho bem cuidado e bastante amadurecido.

Os anos do mestrado na UFF me permitiram também ter contato com leituras e discussões que transcendiam meus temas de interesse de pesquisa. Se, de um lado, na disciplina de metodologia ministrada por Ciro Cardoso conheci com maior profundidade as várias gerações dos *Annales* e tomei contato com a leitura que ele fazia da crise do estruturalismo e do racionalismo ocidental, de outro, frequentei disciplinas ministradas por Leandro Konder nas quais fiz muitas leituras ligadas às discussões sobre o marxismo e a renovação marxista proposta sobretudo pelos autores ligados à Escola de Frankfurt e pelos marxistas britânicos. Os marxistas britânicos eu já conhecia desde a graduação, mas pude aprender um pouco mais sobre Walter Benjamin, Theodor Adorno e Herbert Marcuse.

4. A pós-graduação: o doutorado, o primeiro contato com a docência e a descoberta dos acervos portugueses

O ano de 1995 foi um dos mais produtivos na minha vida acadêmica e profissional. Ingressei no doutorado no mesmo ano que meus colegas, parceiros intelectuais e amigos para a vida toda, Mônica Oliveira e Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Buscava, como eles, a orientação do João Fragoso que, no entanto, a partir daquele ano deixou de orientar no programa de pós-graduação da UFF por haver se integrado à pós da UFRJ. Fomos então acolhidos pela generosa e sábia orientação da Professora Hebe Mattos que nos daria total liberdade para desenvolvermos nossas pesquisas e continuarmos a manter o intenso diálogo que já tínhamos com João Fragoso. O título do meu projeto aprovado para ingressar no doutorado da Federal Fluminense era “Relações comerciais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro e conformação da hierarquização social mineira – 1750-1850”. Nos anos seguintes o foco nas relações comerciais ficaria em segundo plano e a questão da hierarquização social ganharia relevo em minhas preocupações.

1995 foi também um ano fundamental para a definição nos rumos da minha vida profissional. Fui aprovada e contratada como professora substituta da área de História da América na Universidade Federal do Rio de Janeiro onde ministrei a disciplina “As Américas no contexto contemporâneo” para os cursos diurno e noturno. Essa experiência me renovou o gosto pela docência. Quando criança sempre admirei o ofício das mulheres da minha família e sempre gostei de brincar de ser professora. No entanto, desde meu ingresso na graduação meu fascínio pelos arquivos foi tão grande, que passei a suspeitar que minha vocação estaria mais ligada ao desenvolvimento de pesquisas do que à docência. Fiquei dez anos aprendendo e me dedicando à pesquisa, sem desenvolver nenhuma atividade docente. As aulas na UFRJ me demonstraram o contrário.

Mesmo enfrentando algumas dificuldades iniciais para conseguir ter o domínio da disciplina, cuja temática era um pouco distante das minhas leituras, adorei a experiência de ser professora. Mais importante que isso: percebi ser capaz de desenvolver satisfatoriamente aquela função, o que me acalmou em relação ao meu futuro profissional. Lembro-me com especial carinho da minha primeira turma do período noturno cujos alunos foram extremamente generosos comigo. Curiosamente, entre os alunos desta turma, estava Vanderlei Vazelesk Ribeiro, atualmente professor de História da América Contemporânea na Unirio. Na condição de aluno, Vanderlei conhecia muito mais o conteúdo da disciplina do que eu, mas foi para mim um exemplo de generosidade ao ser tão paciente com as minhas limitações e ao me ensinar como o prazer de conhecer podia ser mais forte do que qualquer limitação física.

Além das atividades didáticas, a experiência na UFRJ me permitiu um contato mais profundo com as reflexões e a prática da pesquisa e me ensinou o valor do trabalho em equipe. Passei a participar das atividades do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa Histórica (LIPHIS), coordenado pelos professores João Fragoso e Manolo Florentino. As atividades do LIPHIS incluíam leituras e encontros para debater os textos dos participantes, todos lidando com temas afins. Tais debates suscitavam muitas indagações que nos ajudavam a esclarecer, reforçar ou, por vezes, questionar e reformular nossas hipóteses de trabalho.

A proximidade cotidiana na UFRJ com os professores Manolo Florentino e João Fragoso _ participando das atividades do LIPHIS que eles coordenavam e cursando a disciplina “Leituras teóricas de História agrária” que Fragoso ministrava _, teve um peso para o meu amadurecimento intelectual e para as definições dos aportes e referenciais teóricos que orientariam minha pesquisa que tenho dificuldade de mensurar. Nesta disciplina, a conjugação de leituras e discussões das obras clássicas da história agrária e econômica com o que havia de mais recente publicado na área permitiu uma maior sofisticação do meu olhar sobre a Idade Moderna Europeia e sobre a realidade do Brasil colonial. A micro-história de Giovanni Levi traria enorme inspiração para todos nós. Lembro-me de ter lido pela primeira vez a “A herança imaterial” em francês, o que me exigiu um grande esforço, logo recompensado pela descoberta de uma metodologia inovadora. O maior contato com uma literatura que buscava referenciais da antropologia para aprimorar a análise histórica contribuiu definitivamente para a minha percepção da necessidade de olhar para as questões econômicas sem apartá-las das outras instâncias da realidade histórica, principalmente por se tratar das sociedades de Antigo Regime. Karl Polanyi, Marcel Mauss, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Bartolomé Clavero, António Manuel Hespanha, Nuno Monteiro e Jorge Pedreira passaram a fazer parte dos autores que me ajudariam a compreender a América Portuguesa.

A outra disciplina que cursei no doutorado (“História da família no Brasil escravista”), ministrada pelas professoras Hebe Mattos e Sheila Faria, teve o mesmo efeito para o amadurecimento das minhas investigações sobre Minas colonial. Neste curso discutimos textos clássicos sobre a história da família na Europa Moderna¹⁰, clássicos da historiografia brasileira sobre o tema¹¹ e também os trabalhos mais recentes produzidos sobre o tema no Brasil¹². Tais leituras me fizeram ter clareza da necessidade de uma percepção mais cuidadosa das relações de parentesco como expressão de uma série de estratégias utilizadas pelos grupos sociais, fossem escravos, homens livres pobres ou homens da elite econômica.

¹⁰ Jack Goody, André Burguière, Peter Laslett, Jean-Louis Flandrin, dentre outros.

¹¹ Gilberto Freyre, Muriel Nazzari, Elizabeth Kuznesof, Maria Luíza Marcílio, Eni de Mesquita Samara, dentre outros.

¹² Hebe Mattos, Sheila Faria, Manolo Florentino, Robert Slenes, dentre outros.

As discussões feitas no LIPHIS e nestas duas disciplinas me levaram a recolocar as questões centrais que pretendia trabalhar no doutorado. Resgatei uma listagem de homens ricos da região das Minas Gerais datada de 1756 com a qual me deparara ainda no mestrado e decidi dar a ela um tratamento minucioso. Seguir os nomes, como ensinava Ginzburg, e investigar quem eram aqueles homens, de onde vinham, o que possuíam, com quem se relacionavam, passou a ser um dos motes da minha tese. Na tese, tais preocupações ficaram restritas ao capítulo cinco, mas até hoje são o objeto central das minhas pesquisas e inquietações. O resultado final da minha tese, comparativamente à minha dissertação de mestrado e ao projeto com o qual ingressei no doutorado, expressa a minha mudança de perspectiva na abordagem do período colonial, mudança também compartilhada por muitos outros historiadores brasileiros que se propunham a pesquisar este período.

O contato mais frequente dos historiadores brasileiros com a historiografia internacional, sobretudo portuguesa, trouxe novas luzes para a reflexão sobre as relações metrópole-colônia. O maior acesso às fontes portuguesas, fosse pelas idas cada vez mais frequentes a Portugal ou pela disponibilização de documentos em meios digitais, dinamizaram e abriram novos campos para as investigações. Notadamente o Projeto Resgate Barão do Rio Branco teve um efeito importantíssimo na dinamização das pesquisas que ligavam o universo da América Portuguesa ao centro do império português.

No meu caso, a publicação do *Índice do inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, organizado pela professora Júnia Furtado¹³, foi essencial para viabilizar a pesquisa sobre os homens ricos. Também a leitura da tese de Júnia Furtado sobre os homens de negócio em Minas teve grande impacto para a reorientação do meu olhar sobre a realidade colonial¹⁴. Orientada por Maria Odila Leite Dias, Júnia Furtado recolocava o modo de analisar as relações metrópole-colônia, destacando a importância de outras formas de manifestações do poder que não as estritamente institucionais e a relativa autonomia dos grupos sociais

¹³ FURTADO, Júnia F. *Índice do inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Ultramarino* (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

¹⁴ Li inicialmente a tese que posteriormente seria publicada.

estabelecidos na América Portuguesa. Foi o primeiro trabalho que li utilizando as noções de redes clientelares de António Manuel Hespanha e de economia das mercês, aplicadas à realidade das Minas.

Fui pela primeira vez a Portugal em 1999, para uma breve estadia de três meses, em companhia da minha colega e amiga Helen Osório que foi atuar como pesquisadora do Projeto Resgate, na organização da documentação avulsa do AHU relativa ao Rio Grande. Nesta primeira estadia, guiada pela Helen e pelo meu amigo Luís Frederico Dias Antunes, conheci os principais acervos de meu interesse, mas me concentrei no levantamento dos processos de habilitação para ingresso na Ordem de Cristo existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, relativos aos homens ricos das Minas. Nesse período conheci o professor Nuno Gonçalo Monteiro que me recebeu com entusiasmo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e me deu indicações preciosas para a realização da pesquisa. A descoberta dos acervos portugueses, além de ter sido central para a reorientação das minhas indagações sobre os grupos de elite, seria também fundamental para definir os rumos das minhas pesquisas futuras.

Minha tese de doutorado “Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822”, foi uma tentativa, por um lado, de unir a macro e a micro-história, de “encontrar o ponto em que as forças das estruturas e da subjetividade individual se cruzam na explicação dos fenômenos históricos”. Por outro lado, foi também uma tentativa de repensar a forma como a América Portuguesa se integrava ao vasto Império Luso e como as ações dos grupos sociais analisados eram motivadas por uma racionalidade muito diversa daquela exclusivamente econômica, típica da sociedade capitalista. Minha meta era conjugar, numa mesma análise, o uso de fontes seriais (inventários e testamentos), mapas de produção e população, processos de habilitação para a Ordem de Cristo, documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino para trazer à tona uma realidade colonial mais complexa e dinâmica.

O texto da minha tese foi quase integralmente escrito junto como o aprendizado de me tornar mãe. Meu filho Caetano nasceu em julho do ano 2000 e a tese, defendida em 2001, foi escrita nos intervalos entre uma amamentação

e outra. O resultado final ficou longe do esperado, mas nasceu junto com um momento de muitas alegrias, demarcando uma inflexão fundamental na minha vida pessoal e acadêmica. Só fui publicar a tese nove anos depois da defesa. A única modificação mais substancial que fiz para a publicação foi a inclusão, no capítulo sobre os homens ricos, dos dados coletados posteriormente nos processos matrimoniais que me permitiram analisar o sistema de casamentos característico do grupo¹⁵. Depois da defesa da tese, mudei-me definitivamente para Juiz de Fora e me dediquei integralmente ao trabalho na Universidade Federal de Juiz de Fora.

5. O ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora

No início de 1996, depois de encerrado meu contrato de substituta na UFRJ, minha colega Mônica Oliveira, de quem ficara muito amiga ao cursarmos juntas as disciplinas do doutorado, me avisou que haveria uma seleção para professor substituto na UFJF na área de História da América e que, logo a seguir, iria acontecer o concurso para efetivo. Fui aprovada na seleção para substituta da UFJF em fevereiro e, logo a seguir, foi aberta a chamada para o concurso de professor efetivo na mesma área. Nesse primeiro semestre de 1996 em que atuei como substituta na UFJF tive a oportunidade de conhecer melhor a cidade e a instituição. Embora a pós-graduação ainda não fosse uma realidade difundida na UFJF, era evidente que o departamento de História passava por uma intensa renovação de seus quadros e que a instituição estava investindo fortemente na qualificação de seus professores. Aquela percepção desde logo me agradou, e vislumbrei que poderia ser muito interessante ingressar definitivamente numa instituição na qual eu talvez pudesse contribuir para a montagem de um projeto coletivo em parceria com colegas jovens com os quais tive logo uma grande afinidade. Naquele momento eu já decidira que concentraria meus esforços para fazer os concursos que surgissem em instituições localizadas ao longo do circuito Rio de Janeiro-Ouro Preto. Me inscrevi quase ao mesmo tempo para este concurso e para outro na UFOP, também para a área de História da

¹⁵ ALMEIDA, Carla M. C. de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

América. Fui aprovada em segundo lugar na UFJF, mas quase imediatamente fui consultada sobre o interesse em assumir como efetiva uma nova vaga que surgira para a área de Metodologia da História. Aceitei sem pestanejar, já que sempre gostara muito da área de metodologia. Nem cheguei a fazer o concurso da UFOP.

Efetivada na UFJF em julho de 1996, lecionei as disciplinas de “Introdução à História” e “Metodologia da História” entre os anos de 1996 e 1999. Nestes cursos buscava apresentar aos alunos as abordagens mais clássicas conjugadas às reflexões mais inovadoras em cada área. Levava para os meus alunos as leituras que acabara de fazer nas disciplinas do mestrado e doutorado, além daquelas que fizera na graduação. Penso que, de algum modo, acabei contribuindo para a mudança no perfil do curso que até alguns anos antes era exclusivamente voltado para a formação em licenciatura e muito pouco vocacionado para a pesquisa. Principalmente na disciplina de “Introdução” alocada no primeiro semestre do curso, em parceria com o Professor Galba Di Mambro, diretor do Arquivo Histórico da UFJF e que também lecionava para os alunos do primeiro período, organizei várias visitas aos acervos documentais da cidade e também do Rio de Janeiro. Foram muitas as nossas excursões para apresentar aos alunos a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. O nosso objetivo de aproximar os alunos das atividades de pesquisa surtiam efeito. Foram muitos os nossos alunos que se encaminharam para os programas de pós-graduação na UFRJ e UFF, principalmente, mas também na USP e UFMG.

Como ingressei na UFJF já cursando o doutorado, nos primeiros anos de docência, pouco me envolvi com as atividades administrativas. Dividia meu tempo entre a preparação das aulas e a realização da pesquisa. Vivia na estrada, já que minha pesquisa empírica era realizada nos arquivos de Mariana, Ouro Preto e São João Del Rei. Ainda assim, atuei nos cursos de especialização que eram tradição na instituição, lecionando disciplinas como “Metodologia em História Social” e “História econômica: paradigmas clássicos e questões atuais”. Havia um forte compromisso social do departamento com a formação continuada de professores de História do ensino fundamental e médio, para quem estes cursos eram destinados.

Por outro lado, também havia um forte investimento do Departamento de História na qualificação dos seus professores com a meta da criação futura de um programa de pós-graduação. Pouco tempo antes do meu ingresso na instituição havia sido criado o Núcleo de História Regional que objetivava promover e integrar pesquisas sobre Juiz de Fora e a Zona da Mata mineira. Concretamente a atuação deste núcleo de pesquisa viabilizou a criação da *Locus: Revista de História e do Arquivo Histórico da UFJF* que seriam instrumentos fundamentais no projeto de criação das bases para a pós-graduação. A política de priorizar a qualificação dos seus quadros muitas vezes levou os professores do Departamento de História a assumirem múltiplas tarefas para conseguirem liberar os colegas para realização de suas pós-graduações. Comigo não foi diferente. Assim que cumpri o período do estágio probatório, consegui licença (entre julho de 1999 e fevereiro de 2001) para concluir o meu doutorado. Esse empenho surtiria efeito. Em 2003, quando decidimos construir a proposta do programa de pós-graduação, já éramos quase todos doutores.

Em 2001, ao retornar da licença para o doutorado, decidi assumir a disciplina de História Moderna I cujo professor acabara de se aposentar. Ter me tornado professora de História Moderna me trouxe uma grande satisfação. Além da possibilidade de me fixar no período histórico sobre o qual todas as minhas pesquisas versavam, grande parte das minhas leituras durante o doutorado centravam-se nos estudos sobre a Idade Moderna e utilizá-las na organização de um curso para graduação me permitiu aprimorá-las. Minhas atividades como docente e pesquisadora passaram a estar muito mais organicamente integradas. Além disso, o que tornou mais confortável minha ligação com esta disciplina foi o modo como o conteúdo de História Moderna foi dividido na nova configuração curricular do curso de História da UFJF. No novo currículo as duas disciplinas desta área foram divididas não cronológica, mas tematicamente, e desenvolvidas concomitantemente no mesmo semestre letivo. Desse modo, fiquei encarregada pela História Moderna I cuja ementa prevê a abordagem dos aspectos econômicos e políticos do período, enquanto a disciplina História Moderna II fixa-se mais centralmente nos aspectos sociais e culturais. Embora entendendo que não seja possível abordar um determinado período histórico sem um olhar global sobre as várias instâncias da realidade, a parceria com a

professora Célia Borges, responsável pela outra disciplina, tem garantido uma forma bem articulada de desenvolver o curso.

A partir de 2001 assumi também uma série de novas funções acadêmicas e administrativas no Departamento de História que me permitiram compreender melhor o funcionamento da instituição. Em 2002 assumi a chefia do departamento. Além do grande aprendizado com a gestão interna do próprio DHIS, este cargo me colocava como representante no Conselho de Unidade do Instituto de Ciências Humanas e Letras, o que me levou a um contato mais direto com os demais departamentos e com a dinâmica política e administrativa da UFJF. Foram anos de grande aprendizado sobre o funcionamento da máquina pública.

Não posso deixar de registrar as mudanças profundas ocorridas na Universidade Federal de Juiz de Fora nestes 23 anos de docência. Quando ingressei como docente na universidade, os recursos disponíveis para a pesquisa eram extremamente restritos, nossas bibliotecas eram precárias e careciam de títulos básicos, nossos salários eram achatados e a infraestrutura do nosso campus era muito precária. Os anos dos governos do Partido dos Trabalhadores no nível federal mudariam substancialmente este panorama. É preciso reconhecer que também no nível estadual neste mesmo período, em que distintos partidos políticos estiveram à frente do governo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas (Fapemig) também promoveu investimentos importantes na área da pesquisa. Com isso, a estrutura física da nossa instituição melhorou radicalmente, nossas bibliotecas se ampliaram substancialmente, nossos salários foram recompostos, ampliou-se o número de professores em todos os departamentos, novos cursos foram criados e não faltaram recursos para o financiamento da pesquisa. Foi muito gratificante vivenciar estas mudanças estruturais. Mas foram principalmente as mudanças relacionadas ao público atendido na universidade que mais me impactaram.

Mesmo estando ligada a um curso com demanda relativamente mais modesta quando comparada aos cursos de medicina, direito ou odontologia, por exemplo, eram raríssimos os alunos negros e pardos em nossas salas de aula. Esse perfil foi essencialmente alterado desde que as políticas de ações afirmativas começaram a ser promovidas pelo governo federal. Tenho muito

orgulho de fazer parte de uma instituição que foi uma das pioneiras na adoção de várias destas políticas, notadamente na implementação das cotas raciais e sociais para os sistemas de ingresso. Desde 2004, logo após a promulgação do projeto de lei do governo federal no. 3.627/2004, a UFJF criou uma comissão para debater o tema.

Nosso departamento contribuiu decisivamente para a implementação das cotas raciais na UFJF na medida em que promovemos diversos eventos para debater a questão. Me lembro das discussões acaloradas ocorridas no anfiteatro do antigo ICHL com a presença de defensores e opositores das cotas raciais. Foram sete reuniões e quatro seminários promovidos pela comissão. Tais debates culminariam com a redação do relatório final sobre o tema, cujo principal relator foi o nosso colega do departamento de História, Ignacio Delgado. Este relatório, com parecer favorável à adoção das cotas sociais e raciais pela UFJF, foi aprovado pelo CONSU em 2005 e, a partir de 2006, foi implementado o sistema de cotas. Hoje nossas salas de aula são visivelmente multirraciais e plurais do ponto de vista do gênero. Atualmente na UFJF as políticas de inclusão foram ampliadas e estão muito mais sofisticadas, ficando a cargo da Diretoria de Ações Afirmativas a promoção de ações que visem “a defesa e o protagonismo de grupos historicamente excluídos, como negros, mulheres e LGBTTs”¹⁶, o que muito me orgulha. Recentemente adotamos reserva de vagas com cotas para grupos específicos no PPGHIS. Apesar das ameaças que pairam atualmente sobre este cenário, tenho certeza de que na UFJF continuaremos fazendo o possível para mantermos e ampliarmos esta diversidade de gênero, raça e condição social que caracterizam nossas salas de aula.

6. O Laboratório de História Econômica e Social

Também em 2001 assumi a coordenação do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) que coordeno desde então junto com a professora Mônica Ribeiro de Oliveira. O LAHES foi criado em 1997 por um grupo de professores do Departamento de História da UFJF com o objetivo de consolidar

¹⁶ Maiores informações podem ser obtidas no endereço: <http://www.ufjf.br/diaaf/>

uma linha de pesquisa nesta área, visando fortalecer o projeto de implantação de um programa de pós-graduação em História. Atualmente, o Laboratório é um núcleo de pesquisa registrado no Diretório Grupos do CNPQ e está integrado ao Programa de Pós-Graduação em História. O LAHES congrega pesquisadores de várias instituições federais de ensino superior, além de alunos da graduação e pós-graduação. O objetivo do núcleo é dinamizar a interlocução entre as pesquisas em história econômica e social que conjuguem análises de caráter mais estrutural, baseadas em fontes passíveis de serem seriadas e abordadas quantitativamente, com uma investigação mais microscópica, que coloque também em evidência a ação do sujeito individual como elemento fundamental para o entendimento da dinâmica histórica.

Inicialmente o laboratório funcionou fisicamente no mesmo gabinete compartilhado por mim e pela professora Mônica no antigo ICHL. Nosso primeiro equipamento foi um computador adquirido com recursos internos da UFJF no qual trabalhavam, em horários alternados, os nossos bolsistas de IC. Ainda no prédio do antigo ICHL, consegui, após uma longa batalha com a direção do instituto, uma pequena sala onde passamos a funcionar com uma estrutura um pouco maior, mas ainda bastante precária. Neste ambiente quase sem estrutura organizamos, em 2005, o *I Colóquio do Lahes*. Contando com financiamento da Fapemig e do CNPq conseguimos reunir um grande número de pesquisadores de distintas instituições, além de um grande número de inscritos para apresentação de comunicações e de um numeroso público de ouvintes. Dentre muitos outros nomes, estiveram presentes: Afonso Alencastro, Ângelo Carrara, Antônio Carlos Jucá, Cláudia Chaves, Cláudio Batalha, João Fragoso, José Roberto Góes, Júnia Furtado, Manolo Florentino, Renato Leite Marcondes, Sílvia Brügger, Tarcísio Botelho. Como resultado do encontro publicamos pela editora da UFJF o livro: *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*¹⁷.

Em 2008 realizamos o *II Colóquio do Lahes: Micro-história e os caminhos da História Social*. Como convidado para fazer a conferência de abertura conseguimos trazer o professor Giovanni Levi, da Universidade de Veneza. Um

¹⁷ ALMEIDA, Carla M. C. de. e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

dos representantes da micro-história italiana mais conhecidos no Brasil, Giovanni Levi teve uma importância fundamental para a geração de historiadores ligados à história econômica e social que se formou junto comigo. Desde sua primeira visita à UFJF foi criado um vínculo de amizade e parceria com o Professor Giovanni Levi que se mantém até hoje. Eu e a professora Mônica viabilizamos a tradução e organizamos a publicação de textos dele e de Edoardo Grendi no livro *Exercícios de Micro-história*; junto com ele participamos de evento sobre história da família na Universidade de Múrcia, em 2013; a professora Mônica realizou pós-doutoramento sob sua supervisão na Universidade de Sevilha, em 2014, e recebemos novamente a sua visita na UFJF, em 2018, em evento promovido pelo LAHES.

Como resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciadas no governo do Presidente Lula, o ICH ganhou novos prédios. Neste novo espaço, o LAHES foi contemplado com duas salas onde atualmente funcionam nossas atividades. Com as diversas linhas de financiamento a nível federal existentes durante os governos do Partido dos Trabalhadores e com as políticas de incentivo à pesquisa da Fapemig, conseguimos equipar o espaço físico do LAHES e financiar inúmeras viagens para visitas técnicas e participação em eventos nacionais e internacionais dos pesquisadores ligados ao laboratório ao longo da última década.

Além dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores, o laboratório é responsável pelo oferecimento da disciplina “Seminário em Laboratório” ligada ao PPGHIS, pela organização de grupos de estudo abertos aos bolsistas e outros interessados, e pela promoção do “Ciclo de Conferências do Lahes” com palestras e mesas redondas que ocorrem ao longo do ano¹⁸. Contamos, atualmente, com a participação de sete bolsistas de iniciação científica, sete orientações de doutorado e duas de mestrado.

O LAHES tem passado por uma renovação do corpo de pesquisadores, incorporando professores que ingressaram no Departamento de História recentemente. Em 2017 a professora Ana Paula Pereira Costa começou a fazer

¹⁸ Maiores informações sobre o laboratório podem ser acessadas em: <http://www.ufjf.br/lahes/>

parte da nossa equipe de pesquisadores, o que trouxe novo fôlego para as nossas atividades coletivas. O recém-contratado professor da área de História da América, Mateus Resende de Andrade, é o mais novo pesquisador do LAHES. Com este novo corpo de professores recém incorporados à equipe de pesquisadores internos do LAHES, nossa meta é organizar em 2020 o *III Colóquio do LAHES*.

7. A Revista Eletrônica de História do Brasil e o Lamid

Outro importante suporte para o estabelecimento das bases para a instalação da pós-graduação foi a criação, em 1997, da Revista Eletrônica de História do Brasil na qual fiz parte do conselho criador e do conselho editorial até a sua desativação. A Revista Eletrônica de História do Brasil (REHB) foi criada pelo professor Galba Di Mambro, junto ao Departamento de História e ao Arquivo Histórico da UFJF. Tendo sido a primeira revista de História em suporte exclusivamente virtual no Brasil, a REHB esteve ligada, até o primeiro semestre de 2003, ao projeto ClioNet. Neste período, foram publicados nove fascículos, consolidando um perfil editorial voltado para a divulgação da produção historiográfica relativa ao Brasil, oriunda dos principais centros de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

A partir de 2003, a REHB passou a se vincular exclusivamente ao Departamento de História e foram implementadas mudanças significativas no layout e no suporte técnico da REHB, além da recomposição do Conselho Editorial e Consultivo, com vistas a proporcionar ao público acadêmico e geral um material de ensino e pesquisa em História cada vez mais acessível e de melhor qualidade. Criamos a seção “Jovens Pesquisadores” que permitia a divulgação de pesquisas empíricas realizadas no âmbito da iniciação científica, o que deu grande visibilidade às investigações que os alunos da UFJF desenvolviam sob orientação dos professores. Entre 2004 e 2008 fui editora da revista e responsável pela organização dos últimos 8 números. Nesta ocasião, entendemos que a manutenção de duas revistas acadêmicas pelo departamento, dividia nossos esforços e recursos, tornando inviável a

continuidade de uma delas. Optamos pela manutenção da *Locus* e pela desativação da REHB.

Entre 2001 e 2003, em parceria com a professora Mônica Oliveira, atuei como vice coordenadora do Laboratório de Microfilmagem e Digitalização (LAMID), que funcionou dentro do espaço físico do Arquivo Histórico da UFJF e fez parte de um ambicioso projeto cuja meta era a constituição, na UFJF, de um polo regional para preservação de documentação história. De todos os trabalhos desenvolvidos em parceria, desde 1997, com minha colega e amiga, Mônica Oliveira, este foi o que mais consumiu nossas energias e o que, no entanto, teve os resultados finais mais tímidos.

O LAMID foi planejado no âmbito do projeto “Resgate digital da identidade histórico-cultural de Minas Gerais: câmaras coloniais de São João Del Rei, Tiradentes e Barbacena”. Tal projeto foi aprovado pela Fapemig nos termos do Edital n. 006/2001 (Uso da tecnologia digital no resgate da identidade histórico-cultural de Minas Gerais), e para ele foram alocados recursos na ordem de R\$ 298.173,01. O projeto integrou um conjunto de propostas elaboradas de forma articulada pelo Arquivo Público Mineiro e apresentadas à FAPEMIG, na mesma ocasião. Tais propostas tiveram como ponto de partida quatro diretrizes básicas: 1.constituir polos de ação nas principais regiões de Minas Gerais visando o trabalho de resgate da identidade histórico-cultural de Minas Gerais; 2.articular estes polos através de um trabalho em rede, constituído de ações coordenadas visando maior eficiência e eficácia no uso dos recursos disponíveis; 3.iniciar as ações da rede através de propostas técnicas visando o uso da tecnologia digital aplicada ao resgate da identidade histórico-cultural de Minas Gerais; 4.definir como principal objeto das propostas técnicas iniciais a microfilmagem e digitalização dos acervos das Câmaras Municipais mineiras criadas no período colonial, incluindo, também, a documentação cartorária referente aos séculos XVIII, XIX e XX daqueles municípios em que o acervo da Câmara inexistisse ou que tivesse sofrido grande destruição.

Partindo de tais diretrizes, os objetivos centrais do projeto apresentado pelo Arquivo Histórico da UFJF foram assim definidos: contribuir para o resgate da identidade histórico-cultural de Minas Gerais através da utilização de tecnologias digitais; contribuir para a organização, preservação e divulgação dos

acervos documentais mineiros de caráter histórico-cultural; dinamizar as pesquisas que envolvessem a temática dos poderes locais na sociedade brasileira. Concretamente trataríamos de: microfilmar os arquivos das Câmaras Municipais de São João Del Rei, Tiradentes e Barbacena referentes aos séculos XVIII a XX; em seguida, os microfilmes seriam digitalizados e disponibilizados para consulta em meio digital e online. Finalmente, estes processos deveriam ser traduzidos em pesquisas que potencializassem a organização de eventos científicos, a publicação de livros e artigos científicos, todos relacionados à dinâmica dos poderes locais, notadamente ao funcionamento das câmaras coloniais.

Enfrentamos enormes dificuldades para viabilizar a montagem do laboratório, desde a realização de obras no espaço físico do Arquivo Histórico e a compra de equipamentos importados de grande porte e de elevado valor, passando pelo treinamento dos funcionários do arquivo da UFJF que ficariam responsáveis pelo trabalho técnico com o maquinário destinado à microfilmagem e digitalização, até a aquisição cotidiana do material de consumo necessário (microfilmes, produtos químicos, etc) para o funcionamento satisfatório do mesmo. Esta empreitada nos mostrou a complexidade que é levar à frente, dentro de uma instituição pública, projetos que escapem à capacidade de gestão direta dos pesquisadores. Embora tenhamos conseguido microfilmar e digitalizar toda a documentação da câmara de São João Del Rei, durante o período que coordenamos o LAMID, o laboratório nunca conseguiu funcionar com toda a potencialidade que o maquinário adquirido permitiria.

Seja como for, este projeto acabou garantindo a constituição, em Juiz de Fora, de um acervo de fontes do período colonial que possibilitou o desenvolvimento de diversas pesquisas de alunos ligados à iniciação científica e ao mestrado. Até então, minha possibilidade de orientação de pesquisas com fontes primárias sobre o período colonial se restringia ao acervo dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos à capitania de Minas Gerais disponível em meio digital. Outra solução era o deslocamento dos alunos para as cidades onde existiam acervos de documentação colonial, o que tornava a viabilidade da pesquisa mais complicada. Posteriormente, com o acesso online

cada vez mais frequente e irrestrito a acervos diversos relativos ao período, este deixou de ser um problema central.

8. Um ponto fora da minha curva: o PNLD

Nunca tive grande envolvimento com o ensino básico. Minha experiência com o ensino fundamental e médio se limitava ao desenvolvimento de algumas oficinas para análise de livros didáticos com os alunos de História Moderna e à participação nas bancas de elaboração e correção das provas para o Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) existente na UFJF, no qual o aluno faz provas seriadas ao longo do seu ensino médio. Em 2009 fui convidada pela professora Sônia Miranda, historiadora ligada à Faculdade de Educação, para participar da equipe de avaliação das obras inscritas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2011) que, naquela edição, ocorreria na UFJF sob sua supervisão. Apesar dos desafios, aceitei integrar a equipe, justamente para tentar me aproximar da realidade do ensino público de História no Brasil.

O PNLD é um programa do governo federal que objetiva selecionar os livros didáticos aptos a serem adquiridos pelas escolas públicas de todo o país. Concretamente, nosso trabalho consistiu em analisar as coleções didáticas destinadas aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, matriculados nas escolas das redes federal, estaduais e municipais, bem como nas escolas de educação especial públicas. No edital PNLD/2011 foram inscritas 25 coleções.

Nesse tipo de processo de avaliação, a formação das equipes de trabalho segue a lógica de mesclar profissionais com perfil de atuação na área do ensino de história a outros cujos perfis estejam mais diretamente relacionados às atividades de pesquisa. Minha seleção para compor a equipe deveu-se a minha adequação a este último perfil. Precisei me empenhar para conhecer e compreender toda a legislação relativa aos conteúdos e às formas de tratamento temáticas exigidas pela legislação brasileira. O olhar do avaliador precisa estar especialmente atento para o cumprimento das exigências legais quanto ao desenvolvimento de conteúdos que propiciem uma educação voltada para a formação da cidadania, do conhecimento sobre as relações étnico-raciais, para

o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e para a história dos povos indígenas. Várias coleções cumpriam de modo superficial e pouco orgânico estas determinações legais. Apesar de sempre ter me incomodado a necessidade de uma legislação para impor de cima para baixo a obrigatoriedade deste tipo de perspectiva educacional, ao fim do processo havia me convencido de que, sem estas exigências legais, pouco teríamos avançado no sentido da construção de um sistema público de ensino que valorizasse a educação para a cidadania, para a diversidade e para a inclusão. Outra conclusão marcante que esta experiência me trouxe foi a constatação da grande distância entre os avanços das pesquisas produzidas nas universidades e os conteúdos históricos reproduzidos nos livros didáticos.

Foi um trabalho desgastante, exaustivo, mas profundamente formativo para todos nós, e muito importante sob o ponto de vista do impacto de nossa ação profissional sobre o sistema público de ensino.

9. A criação do Programa de Pós-graduação em História da UFJF e a coordenação

Como já disse em outro ponto deste memorial, desde meados da década de 1990 o departamento de História se empenhara, num grande esforço coletivo, para capacitar os seus professores e estabelecer suportes institucionais para a criação da pós-graduação. Em 2003, já contávamos com um número de professores doutores suficiente para dar corpo a um programa de pós. Além disso, o departamento tinha conseguido criar: um Arquivo Histórico que abrigava um importante acervo documental dos séculos XIX e XX, duas revistas científicas, quatro núcleos de pesquisa, além de ter ampliado significativamente o acervo da biblioteca. Entendemos que aquele era o momento de construir a proposta para a criação do programa de pós-graduação e para submetê-la à aprovação da Capes. Outro fator que nos favoreceu naquele momento foi a presença da nossa colega de departamento, professora Cláudia Viscardi, à frente da Pró-Reitoria de Pesquisa, junto à qual conseguimos o financiamento para a vinda de consultores que nos ajudaram a tornar a proposta mais sólida.

Estruturamos a proposta a partir da área de concentração denominada *História, Cultura e Poder* e de duas linhas de pesquisa: *Poder, Mercado e Trabalho* e *Narrativas, imagens e sociabilidades*. Nossa proposta foi aprovada pela Capes e, em meados de 2004, fizemos nossa primeira seleção dando início ao curso. Éramos, então, 10 doutores, nenhum de nós ainda pesquisador do CNPq. Em nossa primeira avaliação passamos para nota 4 e, em 2011, conseguimos aprovar o doutorado. Em 2014, dez anos depois do início do programa, já tínhamos 5 bolsistas de produtividade do CNPq no corpo docente, além de vários professores contemplados com o Programa Pesquisador Mineiro (PPM) da Fapemig, dentre os quais estou incluída, inserida na linha de pesquisa *Poder, Mercado e Trabalho* na qual atuo desde o início do curso.

Além das duas linhas de pesquisa, o programa foi se estruturando em torno dos núcleos de pesquisa já existentes em 2004 e dos demais que foram surgindo nos anos seguintes. Dentre estes núcleos encontra-se o LAHES do qual sou coordenadora junto com Mônica Oliveira. Atualmente temos oito núcleos de pesquisa, todos eles com espaço físico próprio e com equipamentos adequados ao seu funcionamento. Os núcleos são responsáveis pelo desenvolvimento de uma série de atividades de pesquisa, pela promoção de eventos científicos e pela organização de grupos de estudo que integrem alunos da graduação e da pós.

Como já destaquei em outra parte deste memorial, como coordenadora do LAHES, fui responsável pela organização de dois grandes eventos nos quais pesquisadores de peso da historiografia brasileira e internacional apresentaram e debateram suas ideias. Tais eventos permitiram tornar visível para a comunidade acadêmica o tipo de pesquisas desenvolvidas pelos professores e estudantes ligados ao núcleo, sempre com grande ênfase nas discussões sobre as possibilidades metodológicas da história econômica e social. Os ciclos de conferências anuais que tenho organizado ao longo destes anos também têm contribuído para a circulação, na UFJF, de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do país e de outras partes do mundo. Nosso objetivo maior tem sido a promoção de ações que viabilizem a integração e as trocas de experiências entre pesquisadores com distintos níveis de formação (incluindo a graduação). Buscamos motivar os estudantes da graduação para

desenvolverem propostas de investigação viáveis e para darem seguimento aos seus estudos. Avaliando retrospectivamente o funcionamento do laboratório, penso que estas ações têm produzido os efeitos esperados, na medida em que praticamente todos os nossos bolsistas de iniciação científica ingressam em programas de pós-graduação, seja na UFJF ou em outras instituições.

Creio que o intenso trabalho coletivo desenvolvido pelo corpo docente e o grande empenho e investimento da administração central da UFJF neste período de funcionamento do programa foram essenciais para a projeção do PPGHIS/UFJF como importante referência na área. Certamente que as políticas de maior aporte de investimentos nas universidades públicas e nas atividades de pesquisa por parte do governo federal, entre os anos de 2003 e 2016, tiveram também papel fundamental na consolidação dos programas de pós-graduação em universidades fora das grandes capitais, como é o nosso caso.

Desde o início do programa atuei ministrando disciplinas, orientando, participando de diversas comissões, compondo as bancas dos processos seletivos e organizando eventos diversos. Além disso, nestes 14 anos de existência do programa orientei 17 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado. Atualmente oriento 4 teses de doutorado.

Fui coordenadora do PPGHIS entre os anos de 2012 e 2014. Enfrentei muitos desafios, mas tenho grande orgulho de que foi, em minha gestão, que obtivemos a nota 5 na avaliação da Capes. A maior dificuldade que encontrei durante este período foi a tímida estrutura administrativa do programa. Todo o trabalho de gestão acadêmica e burocrática ficava a cargo de uma única secretária e da própria coordenadora. Como a secretária enfrentou muitos períodos de licença para tratamento de saúde, passei grande parte do meu tempo na coordenação, cuidando de funções burocráticas elementares. Ainda assim, procurei me desdobrar para não deixar de promover as ações de âmbito mais geral que garantissem a manutenção da qualidade do programa. Empreendi um grande esforço para não perder as oportunidades dos múltiplos editais que surgiam, quase de um dia para o outro, e que podiam trazer benefícios de investimentos para o programa. Ressalto, no entanto, que sempre pude contar com o empenho dos colegas quando eram acionados para me auxiliar nas urgências. O trabalho coletivo sempre foi a característica mais

marcante do conjunto de professores do departamento e do programa de pós em História da UFJF e foi um dos motivos que me fez permanecer na instituição.

O grande desafio do PPGHIS, quando fui coordenadora, era levar à frente a tão cobrada inserção internacional. Neste aspecto, tive a sorte de minha gestão coincidir com um contexto muito favorável para a promoção de ações no sentido da circulação internacional de professores e alunos. Aproveitando o incentivo sempre explicitado pela coordenação de área da Capes para a implementação das bolsas PDSE, incentivei fortemente os nossos alunos a realizarem estágios no exterior. Todos os doutorandos que pleitearam estágios no exterior tiveram suas propostas aprovadas e suas bolsas implementadas. Entre 2013 e 2014 foram implementadas no PPGHIS nove bolsas de doutorado sanduíche no exterior: 4 na Universidade de Lisboa (PT), 1 na Universidade de Coimbra (PT), 1 na Sanford University (EUA), 1 na Scola Normale Superiore di Pisa (ITA), 1 na Universitat de Barcelona (ES) e 1 na Brown University (EUA).

Ainda dentro do objetivo de promover a internacionalização, como coordenadora atuei também na promoção e divulgação de editais para receber estudantes externos. Em 2013 recebemos pela primeira vez alunos do exterior, um da Colômbia e outro do Peru, para cursarem respectivamente o doutorado e o mestrado no PPGHIS. Foi também um período em que muitos colegas realizaram estágios de pós-doutoramento no exterior, o que acabou por potencializar o projeto de inserção internacional do programa. Eu mesma, assim que deixei a coordenação da pós, fui contemplada com bolsa da Capes para o estágio de um ano no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Professor Nuno Monteiro, o que possibilitou a consolidação da parceria acadêmica que eu estabelecera com o meu supervisor e com o ICS.

A atuação como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF foi a mais desafiadora e desgastante função que desempenhei desde que ingressei na universidade, mas foi também a que mais me ensinou e a que mais me amadureceu para a vida acadêmica.

10. A formação de quadros

Analisando retrospectivamente minha trajetória na Universidade Federal de Juiz de Fora, avalio que a minha maior contribuição para a instituição está relacionada à formação de quadros ligados ao desenvolvimento da pesquisa. Observando meu currículo lattes, constato que orientei, ao longo destes 23 anos na instituição, 66 bolsas de iniciação científica. Ingressei como professora efetiva na UFJF em meados de 1996 e, já em 1997, consegui minhas três primeiras bolsas de iniciação científica. Eram bolsas do CNPq, Fapemig e do programa BIC/UFJF. Até 2001, meus primeiros dez orientandos de iniciação científica estiveram diretamente ligados ao desenvolvimento da minha pesquisa do doutorado. Vários deles viajavam comigo para Mariana e São João Del Rei para me auxiliarem no levantamento de dados nos acervos locais. Sem a ajuda deles minha tese não teria saído. Me lembro que minhas alunas Renata Kosucinsk e Eliane Machado terminaram de fazer a coleta nos inventários *post-mortem* de São João Del Rei, quando eu já não conseguia mais viajar devido à gravidez.

A partir de 2002, já tendo concluído o doutorado, comecei a desenvolver novos projetos e consegui os primeiros financiamentos para além das bolsas de IC. A partir daí as bolsas de iniciação estiveram ligadas aos projetos financiados que desenvolvi individualmente ou em parceria com os grupos de pesquisa aos quais sou ligada.

Causa-me grande satisfação constatar que a grande maioria dos meus bolsistas de iniciação científica foram capazes de desenvolver projetos de investigação próprios e que ingressaram em programas de pós-graduação na UFJF ou em outras instituições prestigiadas. Vários destes bolsistas se tornaram professores de universidades e institutos técnicos federais. Uma das primeiras bolsistas de IC, Ana Paula Pereira Costa, é atualmente minha colega no departamento e do programa de pós-graduação na UFJF.

Nestes 14 anos de existência do PPGHIS, orientei 17 dissertações de mestrado. No curso de doutorado, que tem hoje 7 anos, orientei 6 teses. Recentemente a tese de um dos meus ex-orientandos de doutorado, Fabiano Gomes da Silva, recebeu menção honrosa no prêmio Capes de Tese e ganhou o prêmio de melhor tese no concurso promovido pela ANPUH. Embora os

méritos sejam obviamente do aluno, penso que este prêmio reflete a qualidade do trabalho que temos procurado desenvolver no Programa de Pós-graduação em História da UFJF.

11. Consolidação da carreira

Talvez seja muita pretensão anunciar a ideia de uma carreira consolidada como subtítulo neste memorial. Compreendo que ainda tenho muitos caminhos para trilhar antes de ousar me aproximar, por exemplo, da projeção que todos os integrantes desta banca de avaliação possuem nos meios acadêmicos. Penso, no entanto, que, ao me candidatar a esta promoção, é necessário que existam alguns elementos que possam indicar algum nível de consolidação da minha vida profissional. Acredito que no percurso da vida intelectual e acadêmica, distintos indicadores podem fornecer os elementos para definir a relativa consolidação de uma carreira. São muitos os caminhos possíveis. No meu caso, acredito que os elementos que podem ser evocados como tais indicadores são: a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, a aprovação no programa Pesquisador Mineiro da Fapemig, a participação em coleção prestigiada de balanço historiográfico e as parcerias e coordenação de projetos.

11.1. A bolsa de produtividade do CNPq

Após ter submetido propostas em editais para as bolsas PQ do CNPq por três vezes sem ter alcançado êxito, finalmente, em 2008, tive meu primeiro projeto aprovado no âmbito deste edital para ter início em 2009. O projeto *Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista*, dava continuidade aos meus trabalhos anteriores com a listagem de homens ricos e pretendia recompor as estratégias por eles adotadas para alcançarem e manterem a condição de elite econômica e a distinção social nesta sociedade. A investigação se concentrava nos 443 homens ricos listados como moradores da região mais fulcral de Minas Gerais naquele período, em termos da efervescência da economia, da densidade populacional e da íntima ligação com o Rio de Janeiro e com a cidade

de Lisboa, sede do Império Português. Ou seja, concentrava a atenção nos homens ricos do território mineiro compreendido pelos termos de Mariana e Ouro Preto, e São José e São João Del Rei, que compunham, respectivamente, as comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes.

No edital PQ/2011, consegui manter a bolsa de produtividade com o projeto *A Casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista*. Se no projeto anterior conseguira perceber e, em alguma medida, explicar as relações horizontais mantidas pelos homens ricos, nesta nova proposta a meta era compreender também as relações verticais em que estes indivíduos estavam envolvidos. Partia do pressuposto de que, nas Minas do século XVIII, assim como nas demais sociedades de Antigo Regime, a capacidade de estabelecer laços sociais com os setores subalternos (nesse caso, com os homens livres pobres, forros e escravos) é que garantia a possibilidade da manutenção da condição de elite, do exercício do mando e, conseqüentemente, da manutenção da governabilidade local. A delimitação proposta era mais circunscrita, elegendo as localidades de São Sebastião e São Caetano, freguesias do termo da Vila do Carmo (atual Mariana) onde residia um dos homens ricos de maior prestígio na região das Minas - Maximiliano de Oliveira Leite e vários de seus aparentados, para um “exercício de micro-história”.

Em 2014 a bolsa foi novamente renovada (edital PQ/2013) com o projeto *As câmaras de Minas Gerais e sua inserção nos circuitos da comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII*. Tal proposta era um desdobramento do meu envolvimento com os dois projetos coletivos sobre as comunicações políticas coordenados pelos professores João Fragoso e Nuno Monteiro dos quais participei. Trata-se, então, de conseguir levar à frente a investigação sobre as formas de atuação das elites camarárias em Minas Gerais e o modo como estes grupos se comunicaram com as instâncias centrais da monarquia portuguesa, priorizando as fontes camarárias, notadamente os livros de registros de correspondências da câmara de Mariana.

A bolsa se encerrou em fevereiro de 2018. Infelizmente, no final de 2017, fiz confusão com os prazos para a submissão de nova proposta e acabei perdendo a possibilidade de renovação da bolsa. No ano seguinte, enviei novo projeto, mas a proposta foi indeferida. Como a avaliação de mérito foi positiva,

penso que os baixos indicadores da minha produção bibliográfica tenham pesado para o indeferimento. Tornei a submeter um novo projeto neste último edital, mas não estou muito confiante. Como todos sabemos, depois de ingressar, manter-se no sistema não é tão difícil; no entanto, reingressar é muito mais complicado, sobretudo neste novo contexto de corte de recursos e de grande competitividade em que os pesquisadores mais jovens têm alto índice de produtividade. A ver.

11.2. O programa pesquisador mineiro da Fapemig

Desde o meu doutoramento, tive vários projetos financiados pela Fapemig. No entanto, o ingresso no programa Pesquisador Mineiro foi realmente potencializador para a projeção da minha carreira como pesquisadora. Consegui ser contemplada no programa desde a sua segunda edição (2008) até atualmente. O PPM é uma linha de financiamento criada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas que objetiva “apoiar, por meio da concessão de cotas financeiras mensais (Grant), os planos de trabalho inerentes a projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica em desenvolvimento, financiados por órgãos de fomento oficiais e coordenados por pesquisadores ou tecnólogos de reconhecida liderança e atuação na sua área”.

Os recursos que recebi da Fapemig ao longo desta última década me permitiram realizar todas as atividades necessárias para o pleno desenvolvimento das minhas pesquisas: realização de visitas técnicas nacionais e internacionais, participação em congressos nacionais e internacionais, compra de equipamentos e bibliografia, além de, em algumas edições, ter possibilitado o uso dos recursos para a publicação. A publicação do meu livro *Ricos e Pobres em Minas Gerais* foi financiada com recursos do PPM. Sem estes recursos eu não teria conseguido viabilizar um terço do que realizei neste período. Este programa foi fundamental para ajudar a consolidar nosso programa de pós, já que vários dos meus colegas também foram contemplados no mesmo programa.

Atualmente estou com um projeto em vigência dentro deste programa (Edital 2017), mas infelizmente, tendo por justificativa a situação fiscal do Estado

de Minas, a Fapemig ainda não liberou nenhuma parte dos recursos previstos. Recentemente a Fapemig nos enviou um termo aditivo para a prorrogação dos projetos. Sejam os otimistas.

11.3. A coleção *O Brasil Colonial*

Quando fui convidada pelos professores João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa para escrever um dos capítulos da coleção *O Brasil Colonial*, fiquei muitíssimo honrada. Ainda guardo a mensagem na qual me fizeram o convite: “sua contribuição no segundo volume, com a preparação do capítulo 4, *Conquista do Centro-Sul: Fundação da Colônia de Sacramento e ‘achamento’ das Minas*, é de essencial importância, tendo em vista sua contribuição a essa historiografia nos últimos anos. A nosso ver será fundamental que nesse texto você possa traçar um painel da fundação da Colônia de Sacramento e movimentos de conquista da “Morada do Ouro” (Minas Gerais e o Mato Grosso) considerando a dinâmica do império ultramarino luso e da sociedade colonial no Seiscentos”¹⁹. A proposta da coleção era apresentar ao público especializado, mas também leigo, uma síntese e um balanço historiográfico sobre o período colonial.

Eu e minha colega Mônica Oliveira ficamos encarregadas de escrever o capítulo sobre o período inicial da ocupação da região das Minas e o contexto da Colônia de Sacramento. Em consonância com as novas percepções sobre o período, procuramos fazer uma abordagem que demonstrasse como a participação dos grupos de elite locais foi fundamental para viabilizar o projeto da descoberta do ouro e da ampliação da presença portuguesa na região sul da América. Creio que escrever para uma coleção na qual participaram os autores mais representativos para a historiografia brasileira relativa ao período colonial colocou-me numa condição de destaque. Significou para mim a constatação de que as reflexões que desenvolvi ao longo da minha trajetória de pesquisa sobre Minas Gerais impactaram, de algum modo, a historiografia sobre o período.

¹⁹ Trechos do e-mail que recebi de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa em dezembro de 2006.

11.4. Participação e coordenação em projetos interinstitucionais

Atualmente estou integrada a cinco grupos de pesquisa que têm me permitido desenvolver uma série de projetos coletivos. O grupo com o qual mantenho contato mais orgânico é o Antigo Regime nos Trópicos (ART/UFRJ), coordenado, atualmente, por Antônio Carlos Jucá de Sampaio, sob a liderança intelectual de João Fragoso. É junto a este grupo que tenho alavancado minhas principais experiências de pesquisa e reflexões sobre a história da América Portuguesa colonial. Praticamente todas as atividades do Laboratório de História Econômica e Social da UFJF por mim coordenado são desenvolvidas em parceria com o ART.

O ART²⁰ é um grupo de pesquisa reconhecido pelo CNPq e está sediado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, além de professores desta universidade, o grupo conta com a participação de docentes de distintas universidades regiões do Brasil, dentre as quais está incluída a UJF. O ART está também aberto a jovens pesquisadores, estudantes dos cursos de graduação, mestrado e doutorado das universidades envolvidas. Criado em 2005 e reunindo-se regularmente desde então, o ART tem contribuído significativamente para a compreensão do império português e do Antigo Regime nos Trópicos entre os séculos XVI e XIX. Um largo e profícuo percurso de diálogo e intercâmbio historiográfico vem sendo compartilhado por esse conjunto de pesquisadores. O grupo encarna, portanto, um esforço coletivo de viabilizar trocas institucionais e acadêmicas, que se materializam em seminários, publicações, formação de pesquisadores e criação de bancos de dados. Uma das metas mais perseguidas pelo grupo é a busca pela maior profissionalização do ofício de historiador no Brasil, de modo a ultrapassar a ainda arraigada tradição ensaísta e pouco afeita a trabalhos em equipe existente no país.

²⁰ As principais ideias norteadoras do grupo foram desenvolvidas em conjunto com a Professora Maria de Fátima Gouvêa (*in memoriam*), que foi também a mentora e criadora do nome do grupo 'Art - Antigo Regime nos Trópicos'.

O eixo agregador do grupo é a preocupação de entender a América lusa no chamado período colonial, embebida na dinâmica do império português. Trazendo em sua bagagem uma visão sobre a dinâmica da sociedade colonial e as discussões sobre o Estado moderno, este grupo de pesquisadores partiu da premissa de que este império não consistia numa organização engessada, mas em uma monarquia caracterizada pela presença de um poder central (príncipe) fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas.

O império ultramarino português surge como uma 'monarquia pluricontinental', pois que a coroa e sua nobreza vivem de recursos oriundos não tanto da Europa, mas do ultramar. Em outras palavras, o Antigo Regime luso seria ininteligível sem seu império ultramarino. Trata-se, portanto, de uma monarquia e nobreza que têm na periferia a sua centralidade material. A transferência de excedentes das conquistas para o reino ocorria por meio de diversos mecanismos, tais como o pagamento de impostos de municípios e vassalos e a concessão de mercês e privilégios nas conquistas. Estes mecanismos também serviram para a formação de elites no ultramar e para a estruturação de hierarquias sociais nas terras do Atlântico sul²¹.

Com tais pressupostos o grupo tem sido responsável pela produção de algumas obras marcantes para a historiografia brasileira sobre o período colonial, dentre as quais destacam-se *O Antigo Regime nos Trópicos* (2001), *Conquistadores e negociantes* (2007), *Na trama das Redes* (2009) e, mais recentemente, *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico* (2017). A publicação de maior repercussão é, sem dúvida, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, sécs. XVI-XIX*, publicado pela Civilização Brasileira e que veio a público antes da criação formal do grupo com o nome atual.

Particpei da organização do livro *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo regime nos trópicos*, que reuniu pesquisas sobre as elites coloniais na América lusa, discutidas nos seminários internos do ART. Atualmente, encontra-se em processo de editoração pela Fino Traço, com

²¹ Estes dois últimos parágrafos foram reproduzidos de um texto escrito e revisado por nós pesquisadores do ART em 2010 para ser incluído na descrição do grupo no site.

previsão de sair da gráfica em novembro, o livro por mim organizado: *Circuitos da comunicação política*, cujos textos resultaram do projeto financiado pelo CNPq, *Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa dos séculos XVIII: Reino, Ilhas, África e América*, que coordenei entre 2013 e 2017.

A participação no ART me propiciou importantes ações para viabilizar parcerias internacionais através do envolvimento em quatro grandes projetos coletivos. Os dois primeiros projetos, *A Monarquia e seus idiomas: corte, governos ultramarinos, negociantes, régulos e escravos no mundo português, sécs. XVI-XIX* (Edital Capes-Grices/2008) e *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil* (Edital FCT/2009), foram desenvolvidos pelos pesquisadores do ART em parceria com o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ), o Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores (CHAM), o Laboratório de História Econômica e Social da UFJF (LAHES). Através, principalmente, das correspondências existentes na documentação avulsa do AHU, estes projetos buscaram analisar as comunicações políticas estabelecidas entre distintos polos geográficos e institucionais da monarquia. Ou seja, como, sobre que temas e com que capacidade de intervenção as instituições estabelecidas no ultramar se comunicavam com as instâncias centrais da monarquia.

Para dar sequência às investigações desenvolvidas nestes dois trabalhos, montamos outro projeto, já referido acima (*Circuitos de comunicação política*), que foi por mim coordenado e financiado pelo CNPq. Neste caso, nos debruçamos sobre a documentação local produzida por algumas câmaras selecionadas em distintas partes da monarquia lusa (na América: Salvador, Rio de Janeiro, Rio Grande de São Pedro, Ouro Preto, Mariana e São João del Rei; na África: Luanda; nos Açores: Angra do Heroísmo e Ponta Delgada; no Reino: Viana da Foz do Lima, Évora e Faro), fixando-nos, prioritariamente, no século XVIII. Privilegiamos, centralmente, os livros de registros da correspondência ativa e passiva das câmaras selecionadas.

Outro grande projeto coletivo desenvolvido pelo ART foi “*O Bom Governo das Gentes*”: *hierarquias sociais e representação segundo a política católica, do*

século XVI ao XVIII, coordenado pelos professores João Fragoso (UFRJ) e Jean-Frédéric Schaub (EHESS) e envolvendo pesquisadores de diversas instituições brasileiras e francesas (financiado no âmbito do Edital Capes-Cofecub). O objetivo era a constituição de uma rede, de modo a consolidar os conhecimentos em torno dos estudos sobre as *autoridades negociadas* entre as sociedades coloniais do Novo Mundo e as metrópoles europeias, na época moderna; no caso da América lusa, os estudos referem-se ao autogoverno das Conquistas, através dos municípios e suas relações com a monarquia pluricontinental portuguesa. Foi constituído um banco de dados onde eram registradas as correspondências das câmaras municipais em estudo. Este projeto incluiu também vários alunos dos programas de pós-graduação das instituições brasileiras envolvidas, inclusive orientandos meus da UFJF. O projeto financiou vários estágios e viagens internacionais para os pesquisadores e alunos envolvidos.

Destaco, também, a minha participação junto ao grupo de pesquisa coordenado pelo professor Douglas Libby da UFMG e ao projeto *Famílias e regimes demográficos em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX*. Este projeto foi financiado com recursos da Fapemig no âmbito do edital Programas de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), e desenvolvido entre 2010 e 2015. Envolveu pesquisadores de diversas instituições: UFMG, UFJF, UFOP, UFV, UFSJ, UNIMONTES e PUC-MG. O objetivo era investigar as organizações familiares associadas a regimes demográficos que vigoraram em Minas Gerais desde o século XVIII até meados do século XX, tomando como dimensão central da análise a relação dinâmica entre mobilidade e estabilidade que marca o povoamento e a ocupação do espaço mineiro. Participei realizando o levantamento dos registros paroquiais de algumas freguesias ligadas ao Termo de Mariana no século XVIII, notadamente, São Caetano e São Sebastião. Como resultado deste projeto publiquei o texto *As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas*. Do meu envolvimento com este projeto resultou minha mais nova proposta de pesquisa encaminhada ao CNPq para ser apreciada no edital PQ/2019 (*As elites e os outros: reprodução social e rede de alianças em Minas Gerais no século XVIII*).

12. Os dois estágios de pós-doutoramento

Realizei dois estágios de pós-doutoramento ao longo da minha carreira. O primeiro, na UFRJ, entre 2004 e 2005, orientada pelo professor João Fragoso. O segundo foi realizado entre 2014 e 2015, na Universidade de Lisboa, sob a supervisão do professor Nuno Monteiro.

12.1. O pós-doc no PPGHIS da UFRJ

Realizei o pós-doc na Universidade Federal do Rio de Janeiro sem ter sido liberada dos meus encargos didáticos na UFJF. Deslocava-me semanalmente para o Rio de Janeiro, onde frequentei a disciplina ministrada pelo professor Fragoso, além de participar do grupo de discussão que o mesmo mantinha com seus orientandos. Na verdade a minha intenção era consolidar e formalizar uma parceria de trabalho já existente com o professor João Fragoso. A pesquisa que desenvolvi nesta ocasião dava continuidade aos estudos que eu iniciara durante o doutorado a partir da listagem dos homens ricos, elaborada em 1756 pelo provedor da fazenda de Minas Gerais.

Os resultados da investigação deram origem a três textos publicados como capítulos de livros. O primeiro deles, *Homens ricos em Minas colonial*, foi apresentado e debatido no grupo de discussão coordenado pelo Prof. João Fragoso no primeiro semestre de 2004. Centrado na documentação cartorial e nos avulsos do AHU, o texto apresentava dados sobre o montante da riqueza, as principais atividades que desenvolviam e os cargos e privilégios que os homens ricos das Minas possuíam. Este trabalho foi publicado como capítulo de um livro organizado pelas Profas. Maria Fernando Bicalho e Vera Lúcia do Amaral Ferlini, intitulado *Modos de governar: ideais e práticas políticas no Império Português – séculos XVI a XIX*²².

No segundo texto, *Trajetórias Imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista*, priorizei a análise dos processos matrimoniais referentes aos homens ricos residentes no termo de Mariana,

²² BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

localizados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. De um universo de 175 nomes, consegui localizar 58 processos matrimoniais (aproximadamente 33% do total). Busquei fazer uma análise em dois níveis. Inicialmente fiz uma abordagem dos processos matrimoniais procurando retirar deles dados relativos à naturalidade dos cônjuges, idade do casamento e trajetória percorrida até o estabelecimento na região. Eventualmente, para efeitos de comparação, lancei mão de dados mais gerais levantados para um número mais amplo dos homens ricos das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes e também para o conjunto da população inventariada no período. Posteriormente, através de uma análise mais pontual, tentei traçar os elementos fundamentais do sistema de casamentos característico deste grupo, procurando investigar a presença de práticas endogâmicas dentro do grupo e, por vezes, dentro do grupo e da família. Demonstrei, neste estudo, que: a grande maioria destes homens eram naturais de Portugal, de onde saíam em tenra idade e que se casavam com a idade média de 35 anos com mulheres muito jovens, filhas de outros homens ricos e nascidas nas Minas. Este trabalho foi apresentado no *I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, realizado em junho de 2005 na UFJF, e comentado pela Profa. Júnia Ferreira Furtado. Foi publicado como capítulo do livro que organizei junto com minha colega Mônica Oliveira, *Nomes e números*²³, editado pela UFJF.

No último texto, *Do Reino às Minas: o “cosmopolitismo” da elite mineira setecentista*, analisei o caso de dois portugueses integrantes da lista de homens ricos, acompanhando suas trajetórias de circulação por várias localidades do império português até se fixarem na região da Comarca de Vila Rica da capitania das Minas. O artigo foi publicado no livro *Nas rotas do Império*, que resultou de evento promovido pelo PPGHIS da UFRJ em junho de 2006²⁴.

No segundo semestre de 2004, participei da disciplina *Leituras sobre Frederick Barth e a micro-história italiana*, ministrada pelo Prof. João Fragoso, no PPGHIS. A ementa da disciplina propunha discutir novos métodos para apreender os mecanismos de mobilidade social na sociedade hierarquizada e

²³ ALMEIDA, Carla M. C. de. e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Op.Cit.*, 2006.

²⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo... [et.al.] orgs. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

coorporativa de Antigo Regime. Ou seja, como definido na ementa da disciplina, o objetivo era “acompanhar as experiências dos sujeitos sociais através dos aportes teórico-metodológicos da micro-história italiana, em particular Giovanni Levi”. Discutir a influência do pensamento de Frederik Barth para a estruturação das noções de estratégias, processos generativos, redes sociais e valores culturais nos trabalhos de Levi foi nosso propósito mais ambicioso. Tais discussões foram extremamente úteis para o aprimoramento das metas do projeto de pesquisa que apresentei ao programa e que me motivaram a redigir o terceiro texto acima referido. O que as trajetórias individuais podem nos revelar sobre um determinado grupo social (no meu caso, sobre a elite econômica das Minas)? Foi nossa indagação mais freqüente.

Das discussões desta disciplina ficaram mais especialmente registradas duas importantes lições. A primeira delas foi a diferenciação estabelecida por Paul-André Rosenthal entre a análise *multiscópica* que multiplica as escalas de observação, sendo que nenhuma delas é considerada privilegiada, e a micro-história, para a qual se deve necessariamente privilegiar o plano microscópico. Segundo este autor, para a micro-história, é a este plano que *todos os fenômenos devem ser remetidos, pois é no seu nível que operam os processos causais eficientes*²⁵. Só neste nível seria possível apreender as ações, as escolhas e as decisões individuais. Decisões e escolhas estas que não são pautadas exclusivamente pelos recursos de que dispõe o indivíduo, mas, também, pelas previsões que faz das ações ou reações dos outros atores²⁶. Segundo a teoria dos jogos, utilizada pelos micro-historiadores italianos, sobretudo via pensamento de Fredrik Barth:

Os comportamentos individuais não são mecanicamente determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis²⁷.

²⁵ ROSENTHAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.153.

²⁶ Rosenthal analisa neste texto as implicações do pensamento de Fredrik Barth e da teoria dos jogos sobre a prática historiográfica dos micro-historiadores italianos.

²⁷ ROSENTHAL, Paul-André. *Op.Cit.*, p.159.

Outro ponto dos debates realizados na disciplina que ficou marcado para mim foi a proposição metodológica da micro-história para o cruzamento exaustivo de fontes que permitissem “contornar os deslocamentos entre o indivíduo e o grupo”, muito comuns na prática historiográfica que privilegia os níveis de riqueza ou as classificações sócio profissionais para a análise do social. A ideia de uma análise processual, que busque ir além da reconstituição das alianças existentes entre os grupos sociais, proposta por Simona Cerutti, foram esclarecedoras:

(...) parece-me necessário refletir sobre a significação que se deseja dar às relações sociais: ou bem julgamos que levá-las em consideração pode apenas permitir assinalar “compatibilidades” entre certos grupos, ou fazemos delas instrumentos de análise para nos interrogarmos sobre a experiência dos indivíduos e, portanto, sobre as modalidades de construção da identidade social. Neste último caso, a análise das redes de relações pode se tornar um caminho para desenhar – finalmente de maneira contextual – o horizonte social dos atores, para definir seus interesses para além de sua profissão ou de seu estatuto social²⁸.

12.2. O pós-doc no ICS da Universidade de Lisboa

Em setembro de 2014, assim que terminou o meu período à frente da coordenação do PPGHIS, iniciei o estágio de pós-doutoramento em Lisboa, supervisionado pelo professor Nuno Monteiro. Desta vez, contando com liberação integral das minhas atividades docentes e com o auxílio da bolsa Capes, me desloquei com toda a família para passar um ano em Portugal.

Confesso que os dois primeiros meses em Lisboa foram de exaustão quase completa; afinal, eu acabara de deixar a função desgastante da coordenação e imediatamente tive que encarar a estressante tarefa do deslocamento, a instalação na nova casa, o acerto da escola para os filhos e todos os trâmites burocráticos envolvidos. Ao fim e ao cabo, foi uma experiência incrível, tanto do ponto de vista da vida familiar, quanto dos ganhos profissionais advindos da temporada no ICS.

²⁸ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidade em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Op.Cit.*, p.183.

Do ponto de vista da pesquisa a ser realizada, a proposta do meu estágio de pós-doutorado na Universidade de Lisboa estabelecia como meta desenvolver uma discussão subsidiada empiricamente sobre a conformação que tomou nas Minas Gerais setecentista a ideia de auto-governo dos povos, entendido como elemento central para a caracterização das monarquias católicas de Antigo Regime e para a compreensão da atuação das elites locais. A ideia era desenvolver a investigação partindo dos nomes dos camaristas de Mariana. O objetivo era desenvolver dois eixos de questões que foram se estruturando a partir do meu envolvimento com alguns projetos coletivos nos quais vinha trabalhando nos anos anteriores, quais sejam: *O Bom Governo das Gentes: hierarquias sociais e representação segundo a política católica, do século XVI ao XVIII*- coordenado pelos professores João Fragoso (UFRJ) e Jean-Frédéric Schaub (EHESS); *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil* – coordenado pelo Prof. Nuno Gonçalo Monteiro, do Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (ICS/UL) e *Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX*, desenvolvido e financiado dentro do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX – MG) coordenado pelo Prof. Douglas Cole Libby da UFMG.

Os dois eixos de questões a que me referi acima dizem respeito à compreensão da dinâmica do autogoverno nas dimensões coletiva e privada. A esfera que chamei de coletiva (ou do que hoje chamaríamos da esfera pública) se expressaria centralmente nas atuações dos personagens analisados na câmara municipal, mas também na ajuda que muitas vezes ofereciam às autoridades régias para a manutenção da ordem. De outro lado, numa esfera de âmbito mais privado, que poderia ser apreendida na gestão de suas casas, entendida aqui no seu sentido mais ampliado. Na sociedade do Antigo Regime a gestão da coletividade se orientava pelos mesmos princípios que norteavam a ação do *paterfamilias* na gestão dos negócios privados da família, ou da casa. Parto da noção de *casa* entendida como a unidade socioeconômica básica, na qual o chefe ou o *paterfamilias*, era “ao mesmo tempo, o titular de poderes de direcção sobre os agentes produtivos (os membros da família, na sua acepção de consanguíneos, agnados e serviçais), poderes que a teoria da época

designava por poderes ‘económicos’ (...) mas que coenvolviam atribuições que hoje designaríamos de ‘políticas’”²⁹. Nesse aspecto, interessava-me avançar particularmente na investigação das relações destes indivíduos com os grupos subalternos.

Os principais *corpus* documentais que norteiam a pesquisa são: a documentação camarária, a documentação cartorial (inventários, testamentos e ações cíveis), os registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos), os processos para ingresso na Ordem de Cristo e no Santo Ofício e os avulsos do AHU. Durante o período em que estive em Lisboa, ligada ao ICS, a pesquisa ficou centrada nos arquivos portugueses.

Além disso, meu objetivo era também concluir alguns trabalhos relacionados aos projetos coletivos citados anteriormente, dentre os quais estava incluída a pesquisa coordenada pelo Prof. Nuno Monteiro. Desse modo, durante os primeiros meses de minha estadia em Lisboa fiz, com a ajuda do Prof. Nuno e da Professora Mafalda Soares, a revisão dos bancos de dados construídos para um projeto e finalizei a redação de dois artigos já iniciados e que guardavam relação direta esses mesmos projetos. O primeiro texto, *Fiscalidade e comunicação política no império*, foi redigido em parceria com Antônio Carlos Jucá e André Costa que também faziam parte da equipe do projeto da *Comunicação Política* e publicado como capítulo do livro *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*³⁰, organizado por Nuno Monteiro e João Fragoso.

O segundo artigo foi escrito para apresentar os resultados dos dados que levantei para o projeto PRONEX/Fapemig, *Família e demografia em Minas Gerais*. Intitulado *As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio no século XVIII*, também nesse caso, o texto foi publicado como um capítulo do livro organizado pelo Professor Douglas Libby com os resultados da pesquisa³¹. Nesse mesmo período, alguns resultados

²⁹ HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Cosmo, 1992.

³⁰ ALMEIDA, Carla M.C.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de & COSTA, André. *Fiscalidade e comunicação política no império*. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org.). *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

³¹ ALMEIDA, Carla M. C. *As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio familiar no século XVIII*. In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr, L.. (Org.). *História da família no*

deste trabalho foram apresentados e debatidos na EHESS, atendendo ao convite da professora Cláudia Damasceno.

Acompanhei o professor Nuno Monteiro na disciplina sob sua responsabilidade no curso de graduação na Universidade de Lisboa na qual ministrei duas aulas. A temática destas aulas giraram em torno da questão: “Estado e Sociedade na América Portuguesa: a natureza da sociedade e do poder no Brasil colonial”. O objetivo das aulas foi apresentar aos alunos uma genealogia das principais linhas interpretativas existentes atualmente na historiografia brasileira sobre a temática do poder, procurando relacioná-las aos debates ocorridos na historiografia portuguesa e europeia desde os anos de 1970.

Em novembro de 2014, conduzi, em conjunto com o Professor Nuno Monteiro, a sessão “Brasil: dinâmicas populacionais”, na disciplina da pós-graduação do ICS “Impérios da época moderna em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII)”, coordenada por ele e pela professora Ângela Barreto Xavier.

No período do estágio realizei algumas apresentações de trabalho em eventos da área e participei de diversos congressos, seminários e conferências no ICS e em outras instituições europeias. O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa é um centro de investigação extremamente dinâmico, por onde circulam pesquisadores de todo o mundo, que apresentam e discutem seus trabalhos constantemente, o que tornou minha estadia uma experiência muitíssimo produtiva. Destacarei aqui apenas um dos eventos que acompanhei e que teve grande relevância para o amadurecimento de questões que orientam minhas pesquisas. Trata-se do *Encontro Internacional Impérios Ibéricos Ultramarinos*, que ocorreu em janeiro de 2015 na Universidade de Évora, promovido pela parceria do CIDEHUS/CHAM/Cia das Índias. No evento, os coordenadores de grandes projetos internacionais financiados apresentaram os resultados e os problemas enfrentados pelas suas equipes no desenvolvimento das pesquisas. Ronaldo Vainfas e Laura de Mello e Souza, João Fragoso e Nuno Monteiro, Tamar Herzog, Amélia Apolônia, José Manuel Santos, Fernanda Olival

Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, v. 1, p. 163-188.

e Aldair Rodrigues, Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, Gaetano Sabatini, Jaime Reis, Leonor Freire Costa, são alguns dos nomes que estiveram presentes, relatando suas experiências na gestão destes grandes projetos de cooperação³². O objetivo foi realizar um balanço da inovação historiográfica sobre os impérios ibéricos ultramarinos alcançada nos últimos anos, a partir destes projetos coletivos interinstitucionais financiados por agências externas.

Paralelamente, a estas atividades iniciei a pesquisa empírica nos arquivos portugueses. Os arquivos e fundos consultados foram os seguintes:

1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Feitos Findos, Habilitações Ultramarinas, Brasil;
- Ministério do Reino: remuneração de serviços; decretamentos;
- Habilitações da Ordem de Cristo
- Conselho Geral do Santo Ofício – Habilitação de Familiares
- Chancelarias régias

2) Arquivo Histórico Ultramarino

- Fundos “Reino”, “Brasil Geral”
- Também foi realizada uma busca nominal no índice integrado de toda a documentação relativa ao Brasil.

3) Biblioteca Nacional

- Coleção Pombalina
- Fundo Geral (principalmente obras de época sobre questões relacionadas à transmissão de bens).

Um dos meus objetivos com a realização deste estágio foi totalmente bem sucedido, na medida em que consolidou e reforçou uma parceria de pesquisa que eu já mantinha com alguns pesquisadores portugueses, notadamente com os professores Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha. No entanto, meu segundo objetivo, qual seja, finalizar a pesquisa empírica nos arquivos portugueses para conseguir redigir meu trabalho sobre os camaristas e homens ricos de Mariana, com o qual eu pretendia defender a tese para a promoção a professora titular, ainda ficou por ser alcançado. Uma série de situações de distintas naturezas foram me atropelando nos anos seguintes à realização desse

³² A programação complete pode ser consultada aqui:
[https://www.cidehus.uevora.pt/atividades/eventos/\(item\)/15309](https://www.cidehus.uevora.pt/atividades/eventos/(item)/15309)

estágio, me impedindo de conseguir finalizar a tese. Por isso, decidi submeter este memorial para apreciação.

No topo dos meus planos para o futuro encontra-se justamente a conclusão desta tese. Espero conseguir realizá-lo em breve.

13. Um olhar analítico sobre a historiografia do período colonial, o Antigo Regime nos Trópicos e minha trajetória de pesquisa

Para finalizar este memorial tentarei fazer uma leitura sobre o modo como percebo a trajetória da historiografia sobre o período colonial nas últimas décadas e como esse percurso influenciaria também os rumos das minhas pesquisas³³. Faz tempo que as críticas feitas por Ciro Cardoso, Jacob Gorender e Maria Yedda Linhares acerca da necessidade de um olhar mais cuidadoso para a dinâmica interna da sociedade que se estruturou na América Portuguesa foi acolhida e produziu uma vasta historiografia revisionista com abundante embasamento empírico. Por isso mesmo, desde a década de 1990, dificilmente algum pesquisador insistiria na insignificância do mercado interno, na rigidez do exclusivo colonial, no predomínio do tripé latifúndio/ monocultura/ grandes plantéis como elementos prioritários na definição da paisagem colonial.

Desde então, com a profissionalização e ampliação da pesquisa histórica no país, novas perspectivas sobre o período colonial foram delineadas, motivadas por pelo menos duas ordens centrais de questões. Por um lado, uma questão de caráter mais geral, que guarda relação com o rumo das Ciências Sociais como um todo. Trata-se da chamada crise do racionalismo e das análises estruturais, com todos os seus desdobramentos. Por outro lado, uma questão um pouco mais específica, mas ainda assim abrangente, que se relaciona com a aproximação cada vez mais orgânica da historiografia brasileira com noções como Império Português, Monarquia Corporativa, autoridades negociadas e

³³ Certamente não tenho a pretensão de fazer uma análise exaustiva, mas tão somente acompanhar as reflexões que partiram da linhagem historiográfica iniciada por Ciro Cardoso, Jacob Gorender e Maria Yeda Linhares.

seus desdobramentos, que evoluíram mais recentemente para a noção de Monarquia Pluricontinental.

Os questionamentos que, desde as últimas décadas do século passado, começaram a pôr em causa a validade das grandes sínteses explicativas chamaram a atenção para o perigo de se excluir o sujeito da História ou de se perder a historicidade de suas ações. As análises estruturais baseadas em grandes cortes cronológicos e na quantificação não dariam conta de incorporar a ação do sujeito como ator histórico importante para a definição do rumo dos fenômenos e dos processos históricos. E, mais do que isso, mas disso também decorrente, não dariam conta de compreender as estratégias individuais que poderiam tornar compreensível aquela realidade mais estrutural. Também não permitiriam apreender as ações dos atores históricos de épocas recuadas, motivadas por outras lógicas que não as da sociedade contemporânea. Mais especificamente no que diz respeito ao período de que tratamos, chamou-se a atenção para o fato de que, nas sociedades anteriores à capitalista, prestígio, honra, *status* ou amizade, poderiam ser critérios mais significativos para a compreensão das ações dos homens do que a preocupação com a acumulação de bens econômicos. Por uma aproximação com a antropologia, avaliou-se que tais análises estruturais seriam também muito estanques nos seus enfoques³⁴.

Em meio aos grandes embates travados por tais ponderações, iniciou-se um processo de compreensão de que seria necessário colocar o sujeito no centro da análise histórica. Assim, mais do que as explicações baseadas nas deduções lógicas que as grandes sínteses teóricas produziam, a experiência,

³⁴ A literatura disponível sobre esta questão é vastíssima. Indico aqui apenas alguns textos que têm sido referenciais para a historiografia brasileira: DAVIES, Natalie. Las formas de la Historia Social. *História social*, n.10, primavera-verano 1991, pp.177-182; GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991; REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; VOVELLE, Michel. A longa duração. In: *Ideologias e mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991; CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; LEVI, Giovanni. *Le Pouvoir au village*. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle, Gallimard, Paris, 1989 (Este livro, de enorme repercussão no Brasil, sobretudo para os pesquisadores ligados ao grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos, teve sua difusão no Brasil nesta versão francesa e só posteriormente foi publicado em português: LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000).

individual e coletiva, resgatada empiricamente, passou a desempenhar um papel destacado, no trabalho dos historiadores.

Foi também nesse sentido que grande parte dos historiadores brasileiros, dedicados ao período colonial, percebeu que, somente através da análise empírica seria possível resgatar, de forma adequada, a ação do sujeito histórico, preferencialmente em uma escala mais reduzida de observação ou, conjugando um olhar mais abrangente com uma análise mais pontual. Percebeu-se que o resgate das experiências individuais empiricamente comprovadas potencializava mais adequadamente o historiador para formulações de caráter teórico. Sem isso permaneceríamos no nível das idealizações lógicas. Grande parte dos estudos sobre o Brasil colonial e imperial tem, nas últimas décadas, seguido esse caminho. Como elemento unificador da diversidade desses estudos encontra-se a preocupação em colocar os escravos, ex-escravos, mulheres ou homens livres pobres mas também as elites locais, ou os agentes da administração régia, como sujeitos históricos atuantes no centro da análise.

A outra ordem de questões que tem definido uma mudança de rumo nas investigações dos pesquisadores brasileiros sobre a América Portuguesa está relacionada a uma aproximação com a historiografia internacional sobre a Idade Moderna, notadamente a portuguesa, que, por sua vez, tem sido influenciada por uma aproximação com a Antropologia, no que diz respeito a encarar as sociedades de Antigo Regime como portadoras de lógicas e motivações diversas daquelas de uma sociedade mais contemporânea. Naturalmente que, como pano de fundo de toda essa problemática, encontra-se a discussão sobre a natureza do Estado e do poder nas sociedades europeias do Antigo Regime, e com toda a literatura que tem questionado a ideia de um Estado Absolutista nas monarquias católicas da Europa Moderna, nos termos clássicos em que era mais comumente definido até o início dos anos 1980³⁵.

³⁵ É longa a bibliografia disponível sobre esta problemática. Indico apenas alguns dos autores que mais diretamente tem influenciado os historiadores brasileiros: HESPANHA, António Manuel. *História das instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra, 1982; HESPANHA, António Manuel. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo regime. *Ler história*, nº8, 1986, pp. 35-60; HESPANHA, António, M. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994; GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope: Fazer e Desfazer História*, n. 6, Lisboa, 1991; ELLIOT, John. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, n.137, nov.199, pp.48-71; GREENE, Jack. *Negotiated authorities: Essays in*

Entender a lógica de funcionamento da sociedade que se estruturou na América Portuguesa, entre os séculos XVI e início do XIX, no contexto desse Império, tem sido o mote dessa linha interpretativa que, partindo das inquietações originais de Ciro Cardoso, Jacob Gorender e Maria Yedda Linhares, avançou em seus estudos empíricos analisando-os agora à luz das novas discussões sobre o Antigo Regime. Para os historiadores que têm seguido essa orientação, não se trata mais de pensar a metrópole que submete a colônia ou a colônia que consegue enfrentar a metrópole. Trata-se de entender os homens que ali viveram como súditos de um mesmo rei e integrantes de um vasto Império. Naturalmente que tais súditos estavam sujeitos a uma experiência multifacetada ao se depararem com tradições culturais diversas, como a dos povos nativos das áreas para as quais se deslocavam, além daquelas dos diversos atores que eram submetidos à força (escravos africanos de múltiplas etnias), o que os obrigava constantemente a ressignificarem seus valores, costumes e hábitos.

Além de toda a vasta literatura que recolocou a questão do Estado Absoluto, relativizando sua capacidade de estabelecimento de uma centralização efetiva do poder nas monarquias católicas europeias, no caso específico da historiografia brasileira, tiveram enorme peso as formulações do historiador português António Manuel Hespanha em cujas obras encontra-se uma crítica sistemática à ideia de centralização precoce e à projeção retrospectiva do conceito moderno de Estado às sociedades do Antigo Regime. Em contraposição, Hespanha defendia a existência de um modelo corporativo de representação da sociedade no período moderno e dos limitados recursos disponíveis para o comando do poder central³⁶. Nesse sentido, prevalecia uma concepção de mundo na qual o Monarca era a cabeça da sociedade, mas não se confundia com ela. Diante da concepção da sociedade como um organismo

Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville-London: University Press of Virginia, 1994; CLAVERO, Bartolomé. *Andidora: antropologia católica de La economia*. Milão: Giuffrè, 1991; ALBALADEJO, Pablo Fernández. *Fragmentos de Monarquia: trabajos de historia politica*. Madrid: Alianza, 1992.

³⁶ HESPANHA, António Manuel. *História das instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra, 1982; HESPANHA, António Manuel. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo regime. *Ler história*, nº8, 1986, pp. 35-60; HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994; MATTOSO, José (dir.) & HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. O antigo regime (1620-1807). Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

naturalmente ordenado, cabia à cabeça, identificada com a figura real, a prerrogativa de organizar o corpo social ou as várias instâncias que o compunham, fosse no reino, ou nas diversas áreas do ultramar integradas ao Império. Além disso, como argumenta Hespanha, na monarquia corporativa portuguesa os deveres políticos cediam frente aos deveres morais e afetivos, personificados nas redes clientelares que perpassavam de alto a baixo a sociedade³⁷.

A noção de redes clientelares produziria uma reviravolta nas pesquisas em Portugal e também no Brasil. Hespanha demonstrou que, na sociedade portuguesa do Antigo Regime, as “relações de natureza meramente institucional ou jurídica tinham tendência para se misturarem e coexistirem com outras relações paralelas, que se assumiam como tão ou mais importantes do que as primeiras, e se baseavam em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra, serviço (...) relações que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos mais amigos, eram situações sociais quotidianas” consideradas normais³⁸. Noções como economia do dom, economia de serviços circular, economia política de privilégios, dentre outras, começaram a informar os trabalhos sobre o período. Ainda que as especificidades locais definissem as peculiaridades das ações dos indivíduos, compreendia-se que essas eram motivadas por uma mesma cultura política. Fernanda Bicalho, refletindo sobre as redes de relações que se constituíam entre distintos pontos desse vasto Império, afirma:

Tais redes permitiram não só a circulação de homens e a troca de mercadorias, mas também a difusão de ideias, de hábitos, gerando uma certa unificação ideológica que reforçava, por sua vez, a solidez da rede. Nesse mesmo movimento disseminavam-se, pelos trópicos, a cultura e as práticas políticas de Antigo Regime³⁹.

³⁷ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁸ XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.339.

³⁹ BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. In: Soihet, Raquel; Bicalho, Maria Fernanda & Gouvêa, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de História Cultural, História Política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 94.

O impacto destas ideias na historiografia brasileira tornou-se mais visível com a publicação, em 2001, do livro *O Antigo Regime nos Trópicos*, que produziria uma nova inflexão na nossa produção sobre o período colonial. Organizado por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, a obra reuniu artigos de pesquisadores brasileiros e portugueses preocupados com uma releitura crítica do império ultramarino português. Os artigos deste livro descortinaram um dinâmico Império perpassado por redes de relações econômicas, jurídicas, políticas e sociais que eram capazes de articular espaços geográficos diversos, abrigar interesses conflitantes e resguardar poderes locais autônomos.

Como desdobramento das ideias apresentadas nesse livro uma série de novos estudos têm sido levados à frente por experientes pesquisadores e também por jovens historiadores na elaboração de seus trabalhos de mestrado e doutorado. Tais estudos, desenvolvidos para distintas regiões da América Portuguesa, têm reforçado empiricamente as ideias-chave ali apresentadas, confirmando noções e argumentos que inicialmente só podiam ser tomadas como hipóteses de trabalho a serem testadas.

O desdobramento mais recente desta linha historiográfica tem sido o aprimoramento da noção de Monarquia Pluricontinental. Nas sociedades corporativas do Antigo Regime, cabia às comunidades não só a capacidade do auto-governo como também a interpretação do governo do Príncipe. Como tem destacado João Fragoso para o caso do Império português e outros autores (como Annick Lempérière) para o Império espanhol, essa situação se verificava também para as possessões americanas dessas monarquias⁴⁰. Embora estes autores reconheçam as diferenças existentes entre as relações do centro com as periferias vividas no Velho Mundo, daquelas que se definiram nas Américas, é certo que as sociedades que se estruturaram nas áreas coloniais também tinham no seu topo o Príncipe e na sua base as comunidades e municipalidades. A noção de monarquia pluricontinental expressa de modo muito adequado a situação do Império português no Antigo Regime. O termo foi cunhado

⁴⁰ LEMPÉRIÈRE, Annick. *Entre Dieu et le roi, la République*. Mexico, XVIe - XIXe siècles. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

inicialmente por Nuno Monteiro que acentuou o papel fundamental das conquistas na reprodução da estrutura social metropolitana, a dependência financeira da Coroa frente às receitas imperiais, a importância do serviço à monarquia no ultramar para a reiteração das grandes casas nobiliárquicas e a capacidade de atuação autônoma das elites coloniais _ que, ainda assim, não deixavam de se comunicar constantemente com a monarquia, reafirmando a *centralidade do centro*⁴¹.

Retomado por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, a expressão foi também utilizada para afirmar que esta monarquia se caracterizava “pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas”⁴². Na América portuguesa eram as municipalidades – na figura de suas elites, as responsáveis pelo gerenciamento cotidiano da vida econômica, da manutenção da ordem, da organização dos cultos e festividades religiosas, da manutenção dos bons costumes e até mesmo da garantia da governabilidade régia. Os estudos empíricos de João Fragoso e do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos vem aprimorando cada vez mais esta noção, “reconstruindo sua dinâmica ao rés do chão”⁴³.

Penso que, de algum modo, pela aproximação e parceria que mantenho com o grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos, também minhas reflexões sobre Minas Gerais e a América Portuguesa foram se modificando num mesmo sentido e produzindo um mesmo movimento que se refletem nos meus trabalhos. De uma história classicamente quantitativa e serial (de alguma maneira já conectada com alguma perspectiva de mudança quando se propunha a analisar a questão dos mercados internos), fui aos poucos migrando meus interesses

⁴¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CUNHA, Mafalda Soares da e CARDIM, Pedro (orgs.). *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005; MONTEIRO, Nuno G. A tragédia dos Távora. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: GOUVÊA, Maria de Fátima S. e FRAGOSO, João (orgs.), Na trama das redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p.337.

⁴² FRAGOSO, J. & GOUVÊA, F. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI –XVIII. In: *Tempo*, Niterói: Departamento de História, 2009, p.56.

⁴³ FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História* (São Paulo), v.31, n.2, pp.106-145, jul/dez de 2012; FRAGOSO, João & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

cada vez mais para compreender como determinados grupos e indivíduos se comportavam nessa sociedade e como suas ações produziam impactos nos rumos do processo histórico.

Minha dissertação de mestrado, “Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850”⁴⁴ estruturou-se a partir de uma análise serial e quantitativa a partir dos inventários post-mortem. No bojo das novas indagações que se colocavam, nos anos de 1980 e início da década de 1990, acerca do caráter da sociedade colonial e, mais especificamente, da economia mineira no período pós-auge minerador, é que se inseria a pesquisa em questão. A pesquisa tinha por recorte espacial o termo de Mariana entre as datas balizas de 1750 a 1850, período que foi escolhido por abarcar o momento de auge minerador e também uma fase considerada pela historiografia tradicional como de "decadência" e "estagnação" da economia mineira. Tendo os inventários *post-mortem* como fonte privilegiada, o objetivo central da pesquisa era perceber as alterações das unidades produtivas da região ao longo deste período, visando demonstrar que o declínio da mineração não provocou transformações tão profundas na estrutura produtiva estabelecida. O que houve foi uma reestruturação econômica em que a produção mercantil de subsistência passaria a ocupar o lugar de atividade principal permanecendo, no entanto, a mesma forma e lógica de funcionamento verificadas no período de auge minerador. Além disso, a pesquisa procurou demonstrar como uma região produtora de artigos de subsistência para o mercado interno foi responsável por um dinamismo econômico capaz de manter o maior contingente cativo do país durante o século XIX.

Em minha tese de doutorado minhas preocupações se aprimoraram, e meu interesse orientou a empreender uma análise da economia, mas para desvendar a hierarquização social presente naquela sociedade⁴⁵. Diminuindo um pouco mais o recorte temporal e me restringindo ao período colonial (1750-1822), procurei lançar luz sobre as possibilidades econômicas que se abriram para a capitania no momento de crise da mineração, privilegiando a análise comparativa das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, por serem

⁴⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de mestrado, PPGH, UFF, Niterói, 1994.

⁴⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado, PPGH, UFF, Niterói, 2001.

representativas das distintas opções econômicas que eram possíveis para a capitania naquele momento. Também fez parte da investigação a análise da composição das elites locais, seu perfil econômico e suas formas de inserção político-sociais. Procurei destacar como a capacidade de cada membro dessa elite em estabelecer estratégias, fosse de casamento, de acúmulo de cargos e privilégios, ou de diversificação eficaz de seus negócios, teria grande influência para o sucesso ou não de suas histórias particulares. Penso que o título da tese “Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social nas Minas Colonial” dá bem a medida de como minhas preocupações se reformulavam ou se aprimoravam. No entanto, embora já estivessem apontadas na tese, as metas que considero mais ambiciosas e mais efetivamente comprometidas com a compreensão dos sujeitos individuais e com uma nova postura em relação à compreensão da sociedade colonial ainda não haviam amadurecido completamente.

Atualmente meus estudos (lentos, minuciosos e com ampla necessidade de cruzamento de fontes) têm procurado levar à frente algumas indagações e intuições já presentes na tese, mas que não receberam naquele momento a ênfase necessária. Minhas atuais pesquisas têm se concentrado em investigar alguns personagens da elite mineira setecentista. Minha orientação mais de fundo é refletir sobre a noção de colônia e colonos como tem feito a historiografia mais recente, rejeitando uma visão em que é a metrópole o centro de decisões impositivas e a colônia um mero polo subordinado e submetido a tais imposições. Também tem sido meu propósito investigar a conexão existente entre a constituição das elites mineiras e o papel dos poderes locais no funcionamento da sociedade colonial na América e suas relações com as instâncias centrais do Império Português. Para tanto, tenho procurado estabelecer as articulações existentes entre esta elite econômica, a composição das câmaras municipais e o acesso às mercês e aos privilégios reais. Ademais importa-me perceber as redes clientelares nas quais os membros deste grupo estavam envolvidos, e como tais relações potencializaram o acesso aos bens políticos e simbólicos que, naquela sociedade, eram garantidores de prestígio e destaque social.

Na diversificada gama de documentos que tenho analisado já fica evidente que, pela experiência de circulação por diversas partes do Império, pela

constante convivência com outros homens que iam e vinham, pela presença de seus filhos e netos no Reino e pela manutenção de suas ligações parentais e afetivas com distintas partes do Império, mais do que como colonos submetidos estes homens se percebiam, atuavam e eram de fato reconhecidos como vassallos da coroa portuguesa. Por isso, entendo que os indivíduos que tenho estudado nas Minas setecentistas definiam suas ações, estratégias e relações a partir de uma lógica que era comum a grande parte dos homens que viviam em outras partes do Império Português⁴⁶. Era a própria lógica do Antigo Regime cuja característica última me parece ser a reiteração da naturalização da diferença, ou seja, da sociedade baseada no privilégio, como elemento naturalmente ordenador da sociedade.

Mais do que a manutenção da hierarquização rigidamente estamental como a existente na Idade Média, a sociedade do Antigo Regime era exatamente marcada pela lenta desestruturação dos rigorosos estatutos que definiam os grupos no período anterior, ao mesmo tempo em que se insistia na ideia do privilégio e não do direito (ou da igualdade) como ordenador da sociedade. Toda uma relevante historiografia sobre a Europa Moderna chama a atenção para tal alteração que permitia a incorporação de novos grupos no seio da “nobreza”, do “estado do meio” ou dos setores privilegiados, ampliando consideravelmente a base da nobreza. Na Europa Moderna não só o sangue, mas também os serviços, as letras, etc, poderiam incluir os indivíduos na condição de privilegiados, ou “quase nobres”.

De acordo com Nuno Monteiro, em Portugal, esse processo de incorporação conduziu à *adoção de uma noção excepcionalmente ampla de*

⁴⁶ Resultados destes estudos podem ser vistos de forma mais detalhada em: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados In: *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII (no prelo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Do Reino às Minas: o "cosmopolitismo" da elite mineira setecentista In: FRAGOSO João; FORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 1 ed. Vitória: Edufes, 2006, v.1, p.331-356; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos em Minas colonial. In: BICALHO, Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

*nobreza, distinta da fidalguia, categoria sempre mais restrita*⁴⁷. A historiografia portuguesa das últimas décadas vem demonstrando que, ao longo do século XVIII, se por um lado houve uma restrição ao ingresso nos círculos da nobreza titular portuguesa, por outro, em sua base, houve um alargamento desta condição podendo integrá-la um grande número de pessoas até mesmo de humilde nascimento. Segundo Nuno Monteiro:

A assunção do limiar da nobreza como uma condição tácita, adquirida pelo “viver nobremente”, pelo desempenho de funções nobilitantes (pertencer ao corpo de oficiais do exército de primeira linha ou das ordenanças, à magistratura ou simplesmente a uma câmara municipal, etc.) ou, negativamente pelo não exercício de funções mecânicas, obteve tradução em muitas práticas institucionais setecentistas⁴⁸.

No mesmo sentido caminham as argumentações de Maria Beatriz Nizza da Silva. Segundo esta autora, é pertinente e fundamental que se estude o “enobrecimento” também na sociedade colonial brasileira, ressaltando-se que neste caso só caberia mesmo a análise desta nobreza que dependia da graça ou mercê régia para existir⁴⁹. Nizza da Silva ressalta ainda que existia um modo expresso e outro tácito de se manifestar esta vontade do rei em tornar um súdito nobre:

A primeira ocorria quando o monarca, “de palavra ou por escrito”, declarava alguém “fidalgo, cavaleiro, ou simplesmente nobre”. A segunda forma tinha lugar quando fosse conferida a um indivíduo alguma dignidade, posto ou emprego “que de ordinário costume andar em gente nobre”⁵⁰.

Por vezes, até mesmo o simples viver à lei da nobreza, ou seja, possuir um estilo de vida que passava por se tratar com cavalos, escravos e capelão, capacitava o indivíduo a ter acesso a títulos ou a cargos que enobreciam. Nos trópicos, os grupos de elite redesenharam a hierarquia estamental do Antigo

⁴⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.2, novembro de 2005, pp. 4-20. <http://www.almanack.usp.br>, p.4.

⁴⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.299. Instigantes considerações sobre esta temática são feitas também por este autor em: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime. *Ler História*, n.10, pp.15-51, 1987.

⁴⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.18.

⁵⁰ *Idem*.

Regime, conferindo-lhe novas nuances ou, no mínimo, tornando-a mais plástica⁵¹.

Nesse contexto de mobilidade possível, aqueles que conseguiam se destacar nas Minas setecentistas faziam de tudo para se diferenciarem dos cidadãos comuns. Diferentemente da sociedade contemporânea, em uma sociedade de Antigo Regime, o lugar social não passava exclusivamente pela posse de bens econômicos, mas antes pela demarcação da diferença de condição em relação aos demais indivíduos. Na América Portuguesa, considerando a existência da escravidão, todo homem livre, principalmente se fosse branco, já era, *a priori*, um indivíduo em condição de superioridade diante de muitos outros. Mas para aqueles que se almejavam principais isso não bastava. Embora a riqueza pudesse por si só produzir uma condição de destaque, os homens de que falo buscavam muito mais. Desejavam, de algum modo, alcançar a condição de nobreza vigente no Império Português do século XVIII.

Assim, penso que a vontade de distinção que levava os integrantes das elites mineiras a buscarem, a qualquer custo, qualificações e títulos que os alçasse à condição de “gente com alguma nobreza”, muito mais do que a efetiva condição de nobreza titulada ou de sangue, parece dizer muito sobre a sociedade que se gestava e que se estabeleceu na América portuguesa.

Acompanhando a trajetória de vários indivíduos que compunham a elite das Minas, percebe-se que, em sua grande maioria, eram, sem dúvida, homens rústicos saídos das regiões do norte de Portugal e que vinham para a América imbuídos do sonho do enriquecimento fácil, como afirmou Laura de Mello e Souza⁵². Neste sentido, tem razão esta autora quando os qualifica como arrivistas e aventureiros. Mas a questão é que, mesmo no século XVIII, nem só de riqueza viviam estes homens. Para eles, enriquecer podia ser o passo inicial e necessário para alcançar aquilo que mais contava: honra, poder, prestígio, precedências e, conseqüentemente, reconhecimento público. Nas palavras de

⁵¹ FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.24.

⁵² SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Joaquim Romero Magalhães, *estes nobres não são fidalgos mas gozam do privilégio de nobres. Estes privilégios, e as honras correspondentes, vão ser reforçados pela acumulação de outros, de diversa origem*⁵³. Para eles era essencial a demarcação da sua condição de nobres ou principais na terra, além da busca pelo reconhecimento social ao nível do império, ainda que este último precisasse ser persistentemente negociado.

Apesar de uma multiplicidade de novos trabalhos caminharem no sentido de demonstrar a existência nas Minas Setecentistas, de uma elite em busca de distinção social e pautada por motivações típicas do Antigo Regime, penso, no entanto, que faltam estudos para melhor qualificar e compreender o que significava ser elite, nobre ou principal em cada localidade ou região e nas diversas conjunturas. Faltam, também, evidências empíricas mais substanciais que desvendem os mecanismos que garantiam a estes homens o exercício do seu poder de mando, o que passa necessariamente pela investigação de suas relações com os grupos subalternos, notadamente com os escravos. É esse caminho que tenho procurado seguir nos meus trabalhos atuais.

Acredito que as mudanças nas minhas preocupações estão organicamente relacionadas aos caminhos abertos pelas reflexões do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos do qual faço parte.

⁵³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve econômico, 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.337.

14. Para onde irei

*Ei, dor!
Eu não te escuto mais
Você não me leva a nada*

*Ei, medo!
Eu não te escuto mais
Você não me leva a nada*

*E se quiser saber
Pra onde eu vou
Pra onde tenha sol
É pra lá que eu vou*

(Jota Quest – O Sol)

Completei em agosto deste ano, 23 anos de trabalho na Universidade Federal de Juiz de Fora e, em setembro, 55 anos de idade. Desde 1984, quando ingressei na graduação, só tenho pensado minha vida em semestres. Em alguns semestres, ao longo dos últimos cinco anos, me senti um pouco cansada ou desmotivada. Talvez pelo peso dos pequenos incômodos físicos, inevitáveis a essa altura, depois de muito sedentarismo, ou pelos rumos sombrios que se delinearam para a vida política do país desde 2016, ou só mesmo pela inércia de tanto tempo fazendo a mesma coisa, que nunca é verdadeiramente a mesma coisa. No entanto, especialmente nos últimos quatro semestres, o encantamento voltou a tomar conta de mim. Para minha surpresa, preocupação, orgulho e encantamento, meu filho Caetano decidiu cursar História! Ingressou na UFJF no primeiro semestre de 2018 e foi meu aluno no semestre passado! Essa situação tão inusitada conduziu-me a uma renovação não prevista.

Outro elemento que me renovou nos últimos semestres foi a minha ideia de criar uma nova disciplina tendo por suporte o uso de filmes sobre a Idade Moderna. Foi um desafio que revelou-se muito prazeroso. O objetivo era complementar o conteúdo desenvolvido na disciplina História Moderna utilizando um suporte não convencional. Como defini na ementa, partindo de novos olhares metodológicos que “colocam resolutamente o cinema na ordem de uma renovação da disciplina e das pesquisas históricas” (BAECQUE, DELAGE, 1998, p. 13), meu objetivo foi propor uma discussão que levasse os alunos a repensarem a historicidade da própria história, refletindo sobre as diversas modalidades narrativas possíveis para o período em questão, assim como a

relação entre realidade e representação, sujeito e estrutura, verdade e ficção na história. Organizei o curso de um modo em que todas as aulas se iniciam com a exibição de um filme relacionado às temáticas abordadas na disciplina História Moderna e, posteriormente, são acompanhadas por leitura e discussão de textos previamente indicados sobre o tema⁵⁴. Os textos escolhidos são especialmente voltados para gerar uma reflexão sobre os problemas conceituais e metodológicos para abordar o período. O desenvolvimento da disciplina tem sido enormemente prazeroso para mim, e creio que muito proveitoso para os alunos, pois os trabalhos finais que me apresentaram foram muito instigantes. Deste modo, pretendo replicar essa proposta pedagógica nos próximos semestre, alterando, a cada edição, parte dos filmes e dos textos selecionados. Além disso, está no meu horizonte a criação de oficinas nas quais farei estudos práticos com os alunos para o uso destes filmes em sala de aula.

Em termos das atividades de pesquisa meus projetos mais imediatos para os próximos anos se fixam em duas linhas de ação. Primeiramente, escrever a tese que pretendia apresentar para a promoção à professora titular, com o material que já tenho levantado sobre os camaristas de Mariana. Em segundo lugar, minha meta é iniciar a pesquisa do meu novo projeto apresentado ao CNPq *As elites e os outros: reprodução social e rede de alianças em Minas Gerais no século XVIII*.

Para os próximos anos a meta é continuar a fazer com seriedade e responsabilidade o que sempre fiz (ministrar aulas, orientar, realizar pesquisas e escrever), mas buscando, talvez, alinhar um pouco mais o prazer e o desafio à obrigação.

Diante da atual conjuntura, juntam-se inevitavelmente a estas metas para o futuro próximo, a defesa do estado democrático de direito, da universidade pública gratuita e inclusiva e de Lula Livre!

⁵⁴ Dentre os filmes que utilizo está *O retorno de Martin Guerre* que, conjugado com a leitura do livro de mesmo título da Natalie Zemon Davies, permite aprofundar uma discussão muito interessante sobre história e ficção. As discussões são empolgantes.

ANEXO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOCENTES PARA FINS DE PROMOÇÃO POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

(01.08.2009 A 31.07.2017)

**Profa. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida
Departamento de História – ICH da UFJF**

Relatório de atividades elaborado como requisito parcial para promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, nos termos da Portaria 982/MEC, de 03/10/2013, das resoluções 05/2014 e 01/2014, respectivamente do Conselho Superior e do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Outubro de 2018

1- ENSINO

A) Aulas - Ensino Superior – Graduação

Semestre letivo	Disciplinas
2017.01	História Moderna I
	Tópicos Especiais em História Econômica e Social III
2016.03	História Moderna I
	Oficina do Ensino de História II
2016.01	História Moderna I
2015.03	História Moderna I
	Oficina de História II
2014.01	História Moderna I
2013.01	História Moderna I
	Metodologia da História II
2012.03	Metodologia da História II
2012.01	História Moderna I
	Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura
2011.03	História Moderna I
2011.01	História Moderna I
	Tópicos Especiais em História Econômica e Social II
2010.03	História Moderna I
2010.01	História Moderna I
	Tópicos Especiais em História Econômica e Social III
2009.03	História Moderna I

B) Aulas - Ensino Superior Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Semestre letivo	Disciplinas
2017.01	Seminário de Pesquisa em Laboratório
2016.01	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho I e V – Mestrado e Doutorado
	Seminário de Pesquisa em Laboratório - Doutorado
2015.03	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho III e VII – Mestrado e Doutorado
2014.01	Estágio de Docência em História - Doutorado
2013.03	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho III e VII Mestrado e Doutorado
	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho VII - Doutorado
2013.01	Seminário de Pesquisa em Laboratório - Doutorado
2012.03	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho IV – Mestrado e Doutorado
	Estágio de Docência em História – Mestrado e Doutorado
2012.01	Seminário de Pesquisa em Laboratório - Doutorado
	Estágio de Docência em História - Mestrado
2011.03	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho III – Mestrado e Doutorado
	Estágio de Docência em História – Mestrado e Doutorado
2011.01	Estágio de Docência em História - Mestrado
2010.03	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho III - Mestrado
2009.03	Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho IV - Mestrado

C) Orientação de Iniciação Científica

Período	Projetos/Programa	Discente
01/08/16 a 31/07/17	*Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII (PIBIC/CNPq)	Beatriz Sales Dias
01/01/17 a 31/07/17	*Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII (Bic/UFJF)	Letícia Maia Dias
01/09/15 a 28/02/17	*Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII (Bic/UFJF e Fapemig)	Nilciana Alves Martins
01/05/15 a 28/02/17	*Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII (Fapemig)	André Luiz Fagundes Cláudio
01/03/16 a 31/12/16	*Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII (Bic/UFJF)	Dayana de Oliveira da Silva
01/03/13 a 28/02/16	* Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII (Fapemig e Bic/UFJF)	Bárbara Cerqueira Caputo
12/03/15 a 31/07/15	*A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas (PIBIC/CNPq)	Vitória Marques Bergo
01/08/14 a 31/07/15	*A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas (Bic/UFJF)	Arthur Guedes Cabral
01/04/14 a 28/02/15	*A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas (Fapemig)	Beatriz Resende Lara Pinton
01/08/11 a 28/02/15	*Registros Paroquiais para a História Social (UFJF/Apoio a Grupos) * A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas (PIBIC/CNPq)	Rafael José de Paula Braga

	*Registros Paroquiais para a História Social (UFJF/Apoio a Grupos)	
02/03/12 a 31/07/14	*A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas (Bic/UFJF) *Nobres e principais desta terra: perfil social e relações com os grupos subalternos na Minas Setecentistas (Bic/UFJF)	Diana Fernanda Vaz de Melo dos Santos
01/08/10 a 31/07/14	* A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas (Fapemig) *Nobres e principais desta terra: perfil social e relações com os grupos subalternos na Minas Setecentistas (PIBIC/CNPq) *Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais Setecentista (PIBIC/CNPq)	Mariana de Oliveira
01/03/11 a 28/02/13	*Nobres e principais desta terra: perfil social e relações com os grupos subalternos na Minas Setecentistas (Bic/UFJF e Fapemig) *Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais Setecentista (Bic/UFJF)	Mariana Alves Simões
01/08/10 a 01/04/11 02/03/12 a 31/07/12	*Registros Paroquiais para a História Social (UFJF/Apoio a Grupos)	Thiago Firmino de Souza
01/08/10 a 29/02/12	*Registros Paroquiais para a História Social (UFJF/Apoio a Grupos)	*Lívia Ferreira Teixeira
02/04/11 a 01/03/12	*Registros Paroquiais para a História Social (UFJF/Apoio a Grupos)	Carine Silva Muguet

01/08/09 a 01/03/11	*Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais Setecentista (Bic/UFJF)	Franciany Cordeiro Gomes
01/08/09 a 24/07/10	*Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais Setecentista (PIBIC/CNPq)	Tarcísio Concolato Greggio
01/03/09 a 28/02/10	*Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais Setecentista (Bic/UFJF)	Daiana Lucas Vieira
01/03/09 a 28/02/10	*Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais Setecentista (Bic/UFJF)	Gabriela Duque Dias

D) Orientação de Monografia de Graduação – Curso de História

Período	Projeto	Discente
2014	Administração colonial e a defesa do território: uma reflexão sobre o provimento de ofícios militares no império português.	Rafael José de Paula Braga
2013	Administração colonial: uma análise da atuação das câmaras no império português na primeira metade do século XVIII	Mariana Oliveira
2012	A justiça colonial: reflexões sobre sua execução na Vila do Carmo- MG na primeira metade do século XVIII	Mariane Alves Simões
2011	Resistência e assimilação indígena: os índios Croatos e Cropós dos sertões do leste de Minas Gerais (1767-1800)	Daiana Lucas Vieira

2011	Cristãos-novos e a sociedade colonial de Minas Gerais setecentista	Franciany Cordeiro Gomes
2011	Administração das Minas Gerais: comunicações entre o Império Português e a Câmara de São João del Rei no século XVIII	Lívia Ferreira Teixeira
2010	Um ensaio sobre o mercado de crédito mineiro setecentista e outras reflexões	Tarcísio Concolato Greggio
2010	Mestres-de-Campo nas Minas Gerais	Gabriela Duque Dias
2009	Revelando a Irmandade do Santíssimo Sacramento: 1750-1790	Thiago Stering Moreira da Silva

E) Orientação de Monitoria

Período	Projeto	Discente
2017	Monitoria em História Moderna I	Nilciana Alves Martins
2017	Monitoria em História Moderna I	Maria Tereza Moreira Guedes
2011 a 2012	Monitoria em História Moderna I	Amanda Mazzoni Marcatto
2011	Monitoria em História Moderna I	Fábio de Souza Duque
2010	Monitoria em História Moderna I	Daiana Lucas Vieira
2010	Monitoria em História Moderna I	Mariane Alves Simões
2009	Monitoria em História Moderna I	Pedro Moreira Dias

F) Orientação de Treinamento Profissional (2 pontos)

Período	Projeto	Discente
2009 a 2010	Apoio a Periódico Eletrônico	Helenice Moreira Dias
2009	Apoio a Periódico Eletrônico	Bianca Portes de Castro

G) Orientações de Mestrado

1. Rafael José de Paula Braga. Administração colonial e o provimento de ofícios: a venalidade nas Minas setecentistas (1701 - 1750). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
2. Mariana Oliveira. Administração local e comunicação política nas Minas setecentistas: a câmara da Vila do Sabará no século XVIII. 2016. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
3. Lívia Ferreira Teixeira. Comunicação política nas minas setecentistas: Um estudo de caso da Câmara de São João Del Rei (1722 a 1750). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
4. Mariane Alves Simões. Entre o juízo ordinário e o juiz de fora: análise da justiça local na Vila do Ribeirão do Carmo na primeira metade do século XVIII. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: UFJF/Monitoria.
5. Aparecida de Fátima Tavares. Zona da Mata Central e Sul: Produção e Mão-de-Obra (1850-1890). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
6. Débora Cristina Alves. Alianças familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga - 1715 a 1790). 2013. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Precisa constar que orientei
7. Gabriela Duque Dias. Uma mui honrosa patente militar: os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777). 2013. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

8. Luiz Fernando Rodrigues Lopes. Vigilância, distinção e honra: os familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
9. Joelma Aparecida do Nascimento. “Vinho novo em odres velhos”: a eleição e a atuação dos juizes de paz em Mariana (1827-1841). 2010. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Poder) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
10. Izabella Fátima Oliveira de Sales. Difusão, status e controle de armas na Mariana setecentista: 1707-1736. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
11. Quelen Ingrid Lopes. A formação da estrutura agrária do termo da Vila do Carmo: produção e mercado de terras. 1711-1750. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

H) Orientações de Doutorado

1. Beatriz Carvalho dos Santos. Memórias do Ultramar: os escritos sobre a “Guiné de Cabo-Verde” e a influência dos processos de criouliização (séc. XVI e XVII). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
2. Fabiano Gomes da Silva. Viver honradamente de ofícios: trabalhadores manuais livres, garantias e rendeiros em Mariana (1709-1750). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
3. Monalisa Pavonne de Oliveira. Fé e distinção: um estudo da dinâmica interna e do perfil de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto

(século XVIII). 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

4. Cristiano Oliveira de Souza. Prestígio, poder e hierarquia: A elite dirigente da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica (1751 - 1804). 2015. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.
5. Quelen Ingrid Lopes. O mercado de bens rurais, extrativos e urbanos do termo de Mariana: interações sociais, econômicas e espaços de produção (1711-1779). 2015. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

I) Conferência, palestra ou mesa-redonda

1. II Encontro Internacional de História Política. *Poderes locais nos circuitos das comunicações políticas: as câmaras de Minas Gerais*. João Pessoa, 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
2. VI EIHC (Encontro Internacional de História Colonial). ALMEIDA, C. M. C. e SOARES, Márcio. S. *Coordenação do Simpósio temático: A dinâmica imperial e a comunicação política no Antigo Regime do mundo português, séculos XVI-XIX*. Salvador, 2016. (Coordenação de Simpósio).
3. II Congreso Internacional de Familias y redes sociales. *Vendas fantásticas, compadrio com governadores e ligações pessoais com escravos: as diversificadas estratégias sociais de um grupo de elite em Minas Gerais no século XVIII*. Córdoba, 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
4. Séminaire “Fonciers, villes, territoires”. *Les hommes riches de Minas Gerais au siècle XVIII: épouses, “ventes fantastiques” de biens et leurs rapports avec leurs subalternes*. Paris (CRBC da EHESS), 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
5. XXXIV da APHES (Associação Portuguesa de História Económica e Social). *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa no século*

XVIII: as câmaras de Minas e o Conselho Ultramarino. Lisboa, 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

6. XIX Encontro Regional da ANPUH/MG. ALMEIDA, C. M. C. e COSENTINO, Francisco. *Dinâmica do Império Português no Antigo Regime*. Juiz de Fora, 2014. (Coordenação de Simpósio).

7. XIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna. *De comboieiro de negros a camaristas e cavaleiros: perfil econômico e estratégias de ascensão social na América Portuguesa*. Sevilha, 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

8. Seminário Internacional Família e demografia em Minas Gerais. *As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio no século XVIII*. Belo Horizonte, 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

9. Congreso Internacional Familias e indivíduos: patrones de modernidade y cambio social, siglos XVII-XIX. *Relações verticais e estratégias de reprodução social de um grupo de elite: os homens ricos das Minas Gerais no século XVIII*. Murcia, 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

10. III Workshop do projeto de investigação “A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil”. *Mercês e provimento de ofícios*. Niterói, 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

11. III Workshop do projeto de investigação “A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil”. *Fiscalidade*. Niterói, 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

12. XVII Simpósio Nacional de História/da ANPUH. *O auto-governo dos povos em Minas Gerais colonial*. Natal, 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

13. XVIII Encontro Regional da ANPUH/MG. ALMEIDA, C. M. C. e COSENTINO, Francisco. *Dinâmica do império português no Antigo Regime*. Mariana/UFOP, 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

- 14.** 54 ICA (Congreso Internacional de Americanistas). *Circuitos de comunicação política no império luso do século XVIII: as câmaras das Minas e o Conselho Ultramarino*. Viena, 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 15.** II Workshop do projeto de investigação “A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil”. *O Conselho Ultramarino e as Minas no século XVIII*. Évora, 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 16.** XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH. ALMEIDA, C. M. C. e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *A Monarquia e seus idiomas: governos ultramarinos, negociantes e escravos no mundo português*. São Paulo, 2011. (Coordenação de Simpósio).
- 17.** I Seminário Internacional “A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808)”. *O banco de dados do projeto e suas potencialidades*. Rio de Janeiro, 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 18.** Congresso Internacional “Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime”. *De como foi possível viver à lei da nobreza nas Minas Setecentistas*. Lisboa, 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 19.** XXX Encontro da APHES (Associação Portuguesa de História Económica e Social). *Os nobres e principais da terra e os grupos subalternos nas Minas do século XVIII*. Lisboa, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 20.** Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social: Dimensões do Poder em Minas. *A construção da autoridade dos homens ricos das Minas*. Mariana/UFOP, 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 21.** 3º Encontro Internacional de História Colonial. *Relações sociais dos "nobres e principais da terra" com os grupos subalternos nas Minas setecentistas*. Recife, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 22.** XVII Encontro da ANPUH/MG. *Sobre a possibilidade de ser nobre nas Minas do século XVIII: reflexões sobre estatuto social na América Portuguesa*. Uberlândia, 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

- 23.** XVII Encontro da ANPUH/MG. ALMEIDA, C. M. C. e COSENTINO, Francisco. *Dinâmica do Império Português no Antigo Regime*. Uberlândia, 2010. (Coordenação de Simpósio).
- 24.** III Simpósio ILB. Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos. *Redes de poder e História Social*. Mariana/UFOP, 2010. (Apresentação de Trabalho/Mesa Redonda).
- 25.** II CLADHE (Congreso Latinoamericano de Historia Económica). *Simpósio Precios, salários, desigualdade y nível de vida em América Latina, 1700-1850 (Como viviam os ricos: nível de vida e distribuição da riqueza em Minas Gerais no século XVIII)*. Cidade do México, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 26.** II Encontro Memorial do ICHS. *História de Minas Gerais (Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América Portuguesa)*. Mariana/UFOP, 2009. (Apresentação de Trabalho/Mesa Redonda).
- 27.** I Seminário de graduandos e pós-graduandos em História da UFJF. *Trajetórias sociais no Império Português*. Juiz de Fora, 2009. (Apresentação de Trabalho/Mesa Redonda).
- 28.** IV Jornada de Estudos Históricos do PPGHIS/UFRJ. *Câmaras e império português*. Rio de Janeiro, 2009. (Apresentação de Trabalho/Mesa Redonda).
- 29.** VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas. *Mercado interno e redes mercantis (Rebanhos em Minas colonial: análise comparativa da prática pecuarista nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes)*. Campinas, 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

J) Participação em Banca Interna de Mestrado

- 1.** Priscilla Firmiano Valente. *Viúvas e Solteironas chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga, 1800 - 1870*. 2016. Dissertação (Mestrado)

em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

2. Clara Garcia de Carvalho Silva. *"Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar": o comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em comunidades rurais das Minas setecentistas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
3. Pedro Henrique Leão Coelho. *Terra e trabalho no Sul de Minas: produção de alimentos e mercado interno no século XIX*. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
4. Renato de Souza Alves. *Carreira e governação no Império Português do Século XVII: o governo do 1º Conde de Óbidos e 2º vice rei do Estado do Brasil (1663-1667)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
5. Ivete Machado de Miranda Pereira. *La Gabrielle, cravo e canela: as "Plantas Preciosas" e a invasão portuguesa da Guiana Francesa (1796-1817)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
6. Luana de Souza Faria. *Os descaminhos do ouro: questões acerca do modo de administrar e fazer justiça no Antigo Regime - Minas Gerais (1709-1750)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
7. Camila Pelinsari Silva. *Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
8. Karol Gruchenhka Lupatini Chrispim. *A Irmandade de Santo Antônio dos Pobres de Simão Pereira (1867-1875)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História, Cultura e Poder) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

9. Bruno Novelino Vittoreto. *Do Paraybuna à Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830-1870)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
10. Rosilene Costa Cardoso. *Relações sociais na sociedade escravista: cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
11. Leonardo França Campos. *Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
12. Felipe Rodrigues de Oliveira. *Por homens e caminhos: o contrato das entradas e o comércio das Minas, 1762-1789*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

K) Participação em Banca Interna de Doutorado

1. Izabella Fátima de Oliveira Sales. *Gente intratável ou fiéis vassalos do rei: poder, motins e armas em Pitangui (1715-1760)*. 2017. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
2. Vladimir Daza Villar. *La economía de las provincias de Cartagena, Santa Marta y Riohacha en los tiempos de la restauracion monárquica del virreinato de la Nueva Granada, 1815-1821*. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

L) Participação em Banca Externa de Mestrado

1. Ana Caroline Carvalho Miranda. *Sociabilidade e relações econômicas de mulheres forras na Vila de Pitangui (1750-1820)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto.

2. Tarcísio Concolato Greggio. *A materialidade da República. Os idiomas da Monarquia católica lusa, a Câmara de São João Del Rei e seus oficiais (1778-1821)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
3. Adriano Aparecido Magalhães. *Os Guerrilheiros do liberalismo: o juiz de paz e suas práticas no termo de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del-Rei.
4. Simone Cristina de Faria. *Os homens do ouro: perfil, atuação e redes dos cobradores dos quintos reais em Mariana Setecentista*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Lívia do Nascimento Monteiro. *Administrando o bem comum: os homens bons e a câmara de São João Del Rei, 1730-1760*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

M) Participação em Banca Externa de Doutorado

1. Silvana Alves de Godoy. *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios. A vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América (séculos XVI e XVII)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
2. André Augusto da Fonseca. *Reformismo ilustrado e política colonial: negociações e resistência na capitania do Rio Negro (1751-1798)*. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
3. Simone Cristina de Faria. *A “matéria dos quintos” e “os homens do ouro”: a dinâmica da arrecadação dos quintos reais na Capitania de Minas Gerais e as atribuições, atuação, perfil e relações dos cobradores dos quintos (c. 1700 - c. 1780)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. Siméia de Nazaré Lopes. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Raphael Freitas Santos. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.
6. Claudia Cristina Azeredo Atallah. *Da justiça em nome D'el Rey: ouvidores e inconfidentes na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

N) Participação em Banca de Qualificação

Doutorado

1. Ana Paula Souza Rodrigues Machado. *Governo de Engenhos no Recôncavo da Guanabara (Rio de Janeiro, século XVIII)*. 2017. Exame de qualificação (Doutorando em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
2. Simone Cristina de Faria. *Antes que o ouro cruzasse o Atlântico: o cotidiano da cobrança dos reais quintos na capitania de Minas Gerais e as relações dos cobradores do ouro (c.1710 - c.1780)*. 2012. Exame de qualificação (Doutorando em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mestrado

1. Letícia Silva Batista. *Os alfaiates do termo de Mariana (1735-1750)*. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
2. Clara Garcia de Carvalho Silva. *“Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!”: O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em comunidades rurais das Minas setecentistas*. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em

Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

3. Priscilla Firmiano Valente. *Viúvas e Solteironas chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga, 1800 - 1880*. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
4. Renato de Souza Alves. *Carreira e governação no Império Português do Século XVII: o governo do 1º Conde de Óbidos e 2º vice rei do Estado do Brasil (1663-1667)*. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
5. Camila Pelinsari Silva. *Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888*. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
6. Luana de Souza Faria. *Os descaminhos do ouro: questões acerca do modo de administrar e fazer justiça no Antigo Regime - Minas Gerais (1709-1750)*. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
7. Ivete Machado de Miranda Pereira. *La Garielle, cravo e canela: as plantas preciosas e a invasão portuguesa da Guiana Francesa (1796-1817)*. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
8. Bruno Novelino Vittoreto. *Do Paraybuna à Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830-1870)*. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
9. Rosilene Costa Cardoso. *Relações sociais na sociedade escravista: cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

10. Leonardo França Campos. *Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX*. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
11. Adriano Aparecido Magalhães. *Os Guerrilheiros do liberalismo: o juiz de paz e suas práticas no termo de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes*. 2009. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de São João Del-Rei.

O) Participação em Banca de concurso público para professor efetivo interno a UFJF

1. **ALMEIDA, C. M. C.**; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; OSÓRIO, Helen. Concurso Público História Moderna - UFJF. 2016. Universidade Federal de Juiz de Fora.
2. **ALMEIDA, C. M. C.**; BARBOSA, Silvana Motta; ARANTES, L. A. V.. Concurso público para professor substituto de História do Brasil e América. 2012. Universidade Federal de Juiz de Fora.

P) Outros

1. Participação da Avaliação Pedagógica dos Livros de História referente ao Programa Nacional do Livro Didático 2011 (**PNLD**) na condição de parecerista. 2010. Juiz de Fora/UFJF.

2- PESQUISA

A) Publicação de livro acadêmico

1. ALMEIDA, C. M. C. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. v. 1. 236p.

B) Artigo científico publicado em periódico A1 e A2

1. ALMEIDA, C. M. C.; MALERBA, J. Rediscovering Portuguese America: Internal Dynamics and New Social Actors in the Historiography of Colonial Brazil. A tribute to Ciro Flamarion Cardoso. *Storia della Storiografia*, v. 67, p. 87-101, 2015.
2. ALMEIDA, C. M. C.; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FARINNATTE, L. A. Para Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013): uma homenagem de pesquisadores da América lusa escravista. *Topoi* (Online): revista de história, v. 14, p. 213, 2013.

C) Publicação de capítulo de livro acadêmico

1. ALMEIDA, C. M. C.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; COSTA, André. Fiscalidade e comunicação política no império. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org.). *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 209-236.
2. ALMEIDA, C. M. C.; MALERBA, J. Redescobrimo a América Portuguesa: dinâmica interna e novos atores sociais na historiografia sobre o período colonial no Brasil. In: MALERBA, Jurandir. *Brasileiros: capítulos avulsos de história da formação brasileira*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 19-44.
3. ALMEIDA, C. M. C.. As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio familiar no século

XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr, L. (Org.). *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, v. 1, p. 1-388.

4. **ALMEIDA, C. M. C.**; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e “achamento” das Minas. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). *O Brasil colonial*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 2, p. 267-334.
5. **ALMEIDA, C. M. C.** Do Reino às Minas: o cosmopolitismo da elite mineira setecentista. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana. (Org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2ed. Vitória: Edufes, 2014, v. 1, p. 305-330.
6. **ALMEIDA, C. M. C.**; NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. Legislação e prática institucional nas Minas do período imperial. In: MOLLO, Helena Miranda; SILVEIRA, Marco Antônio. (Org.). *Termo de Mariana III*. Ouro Preto: EDUFOP, 2010.

D) Organização de livro ou número de periódico

1. **ALMEIDA, C. M. C.**; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História, 2014 v. 20, n. 1.
2. **ALMEIDA, C. M. C.**; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. v. 1. 300p.

E) Publicação na íntegra de artigo em anais de evento internacional

1. **ALMEIDA, C. M. C.** De comboieiros de negros a camaristas e cavaleiros: perfil econômico e estratégias de ascensão social na América Portuguesa. In: IGLESIAS RODRIGUEZ, Juan José; PÉREZ GARCÍA, Rafael M.; FERNÁNDES CHAVES, Manuel F. (eds.). *Comercio*

y cultura en la Edad Moderna. Actas de la XIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2015. v. 1. pp. 683-704.

2. **ALMEIDA, C. M. C.** A Casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista. In: CHAMBOULEYRON, Rafael & ARENZ, Karl-Heinz (orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII. Belém: Editora Açai, 2012. v. 6. p. 42-56. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/anais/>
3. **ALMEIDA, C. M. C.** Como viviam os ricos: nível de vida e distribuição da riqueza em Minas Gerais no século XVIII. In: *Segundo Congresso LÇatinoamericano de Historia Económica (CLADHE II)*. 2010, Cidade do México: Cidade do México: Asociación Mexicana de Historia Económica, 2010. pp.1-36. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/listado_ponencias.php?iSimposio=27&NomSimposio=Precios, salarios, desigualdad y nivel de vida en América Latina, 1700-1850

F) Publicação na íntegra de artigo em anais de evento nacional

1. **ALMEIDA, C. M. C.** O auto-governo dos povos em Minas colonial. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2013. v. 1. pp. 1-17. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares#C>
2. **ALMEIDA, C. M. C.** Rebanhos em Minas colonial: análise comparativa da prática pecuarista nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. In: *VIII Congresso Brasileiro de História Econômica*. Campinas: ABPHE, 2009. pp. 1-20. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/viii-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-9-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>

G) Bolsa de produtividade em pesquisa

Período	Projeto/Processo
2015 a 2018	As câmaras de Minas Gerais e sua inserção nos circuitos da comunicação política do Antigo Regime Processo: 309134/2014-5 Financiamento: CNPQ – Edital PQ-2014
2012 a 2015	A Casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista Processo: 309233/2011-9 Financiamento: CNPQ – Edital PQ-2011
2009 a 2012	“Nobres e principais desta terra”: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista Processo: 308315/2008-1 Financiamento: CNPQ – Edital PQ-2008

H) Coordenação de projeto de cooperação de pesquisa internacional financiado por órgão público ou privado

Período	Projeto/Processo
01/10/2013 a 28/02/2017	Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa dos século XVIII: Reino, Ilhas, África e América Processo: 479394/2013-0 Financiamento: CNPQ – Edital Universal 14/2013 – Faixa B – até R\$ 60.000,00

I) Coordenação de projeto de cooperação de pesquisa nacional financiado por órgão público ou privado

Período	Projeto/Processo
Projetos CNPq	
01/07/2009 a 30/06/2011	"Nobres e principais desta terra": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista Processo: 4005335/2009-2 Financiamento: CNPq – Edital MCT/CNPq 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas
01/08/2010 a 31/07/2012	"Nobres e principais desta terra": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista Processo: 507042/2010-7 Financiamento: CNPq – Edital Iniciação Científica - 122010-IC
Projetos FAPEMIG	
Período	Projeto/Processo
01/08/2014 a 31/07/2016	Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII: Reino, Ilhas, África e Brasil Processo: CHE – PPM – 00317-14 Financiamento: FAPEMIG – Edital 03/2014 - Programa Pesquisador Mineiro – PPM VIII
01/08/2012 a 31/07/2014	A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Processo: SHA – PPM – 00319-12 Financiamento: FAPEMIG – Edital 03/2012 - Programa Pesquisador Mineiro – PPM VI

01/08/2010 31/07/2012	a	"Nobres e principais desta terra": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista Processo: SHA – PPM-00416-10 Financiamento: FAPEMIG – Edital 03/2010 – Programa Pesquisador Mineiro – PPM IV
01/08/2008 31/07/2010	a	"Nobres e principais desta terra": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista Processo: SHA – PPM-00423-08 Financiamento: FAPEMIG – Edital 03/2008 – Programa Pesquisador Mineiro – Versão II (PPM)

J) Coordenação de projeto de pesquisa cadastrado na Propesq da UFJF com orientação de Iniciação Científica

Período		Projeto - PROPP
01/03/2015 31/07/2017	a	Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII: Reino, Ilhas, África e América
01/03/2013 31/07/2015	a	A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas setecentistas
01/08/2011 31/07/2013	a	Nobres e principais desta terra: perfil social e relações com os grupos subalternos nas Minas setecentistas
01/08/2008 31/07/2013	a	Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas colonial
01/08/2010 31/07/2012	a	Registros paroquiais para a história social. Análise de duas freguesias nas Minas Gerais no século XVIII: São Sebastião e Conceição de Ibitipoca

K) Participação em projetos interinstitucionais de pesquisa

Período	Projeto
2015 a 2018	Governos, resgates de cativos e escravidões (Brasil e Angola, Séculos XVII e XVIII) Coordenador: Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ) Financiamento: CNPq/FAPERJ
2012 a 2015	O bom governo das gentes: hierarquias sociais e representação segundo a “política católica”, so século XVI ao XVIII Coordenador: João Fragoso (UFRJ) Financiamento: CAPES/COFECUB – Edital 2011
2010 a 2014	Família e Demografia em Minas Gerais, Séculos XVIII, XIX e XX – PRONEX/FAPEMIG Coordenador: Douglas Cole Libby (UFMG) Financiamento: FAPEMIG (PRONEX)
2009 a 2013	A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil Coordenador: Nuno Gonçalo Monteiro (ICS/UL) Financiamento: FCT / Edital
2007 a 2010	A monarquia e seus idiomas: corte, governos ultramarinos, negociantes, régulos e escravos no mundo português (sécs.XVI-XIX) Coordenador: João Fragoso (UFRJ) Financiamento: CAPES/GRICES – Edital 2006

L) Estágio de pós-doutorado

1. Estágio de Pós-Doutoramento realizado entre setembro de 2014 e agosto de 2015 no ICS da Universidade de Lisboa/PT
Supervisão do Prof. Dr. Nuno Gonçalo Monteiro
Bolsa Capes

M) Assessoria técnica, consultoria, perícia ou auditoria

1. Membro da Comissão Especial de Julgamento da FAPEMIG – Chamada PPM X CHE. Belo Horizonte, 2016.
2. Membro do Comitê Externo/CNPq na avaliação do PIBIC 2011/2012 da UFG. Goiânia, 2011.
3. Membro do Comitê Institucional Externo de avaliação do XIX Seminário de Iniciação Científica da UFG. Goiânia, 2011.
4. Membro do Comitê Externo/CNPq na avaliação do PIBIC 2010/2011 da UFG. Goiânia, 2010.
5. Membro do Comitê Institucional Externo de avaliação do XVIII Seminário de Iniciação Científica da UFG. Goiânia, 2010.
6. Membro do Comitê Externo/CNPq na avaliação do XVII Seminário de Iniciação Científica da UFOP. Ouro Preto, 2009.
7. Membro do Comitê avaliador externo do XV Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal. UNB. Brasília, 2009.

N) Produção técnica (pareceres, relatório, membro de corpo editorial externo à UFJF, organização de anais, outros)

Relatórios CNPq

1. Relatório final do projeto *Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa dos séculos XVIII: Reino, Ilhas, África e América*. 2017. 20 p. (CNPq – 479394/2013-0 – Edital Universal 14/2013).
2. Relatório final do projeto de pesquisa *A Casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista*. 2015. 118 p. (CNPq – 309233/2011-9 – Edital PQ 10/2011).
3. Relatório final do projeto de pesquisa *"Nobres e principais desta terra": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos*

homens ricos de Minas Gerais setecentista. 2013. 43 p. (CNPq – Processo: 507042/2010-7 – Edital 122010 – IC).

4. Relatório final do projeto de pesquisa "*Nobres e principais desta terra*": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista. 2012. 155 p. (CNPq – Processo: 308315/2008-1 – Edital PQ 10/2008).
5. Relatório final do projeto de pesquisa "*Nobres e principais desta terra*": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista. 2011. 155 p. (CNPq - Processo: 4005335/2009-2 – Edital 02/2009 Hum/Soc/Ap).

Relatórios Fapemig

1. Relatório final do projeto de pesquisa *Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII: Reino, Ilhas, África e Brasil*. 2016. (Fapemig - Processo: CHE–PPM–00317-4).
2. Relatório final do projeto de pesquisa *A casa e a câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas*. 2014. Processo: (Fapemig - SHA – PPM – 00319-12).
3. Relatório final do projeto de pesquisa "*Nobres e principais desta terra*": deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista. 2012. (Fapemig - Processo: SHA – PPM-00416-10).

O) Participação em grupos de pesquisa interinstitucional

Período	Grupo
2000 a 2019	LAHES – Laboratório de História Econômica e Social – UFJF Líderes: Carla M. C. Almeida e Mônica R. de Oliveira

2006 a 2019	ART – Antigo Regime nos Trópicos: centro de estudos sobre a dinâmica imperial no mundo português, sécs. XVI-XVIII – UFRJ Líderes: Antônio Carlos Jucá e Roberto G. Ferreira
2006 a 2019	Economia, hierarquias e costume no Antigo Regime – UFRJ Líderes: Antônio Carlos Jucá e Héliida S. Conceição
2011 a 2019	A modernidade ibero-americana, seus impérios e a capitania de Minas Gerais (séculos XVII-XIX) – Espaços, poder, cultura e sociedade – UFMG Líderes: Júnia Ferreira Furtado e Márcia Almada
2014 a 2019	Escravidismo atlântico: família, riqueza e cultura – UFMG Líder: Douglas Cole Libby

P) Outros

Outras Publicações

1. **ALMEIDA, C. M. C.** Prefácio. In: SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios internos: economia e sociedade escravista no Brasil oitocentista* (Freguesia de Itajubá, Minas Gerais, século XIX). São Paulo: UNINOVE, 2017.
2. **ALMEIDA, C. M. C.** Prefácio. In: COSTA, Ana Paula Pereira. *Poderosos do ouro e seus escravos armados: práticas de mando e clientela nas Minas setecentistas*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.
3. **ALMEIDA, C. M. C.** Prefácio. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana: século XVIII*. Ouro Preto, 2016.
4. **ALMEIDA, C. M. C.** Apresentação. In: LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, distinção e honra: inquisição e dinâmica dos poderes locais nos sertões das Minas Setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

5. **ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA**, Mônica Ribeiro de. Apresentação do Dossiê Novos Rumos da História Colonial. *Locus* (UFJF), v. 20, p. 7-11, 2014.

6. **ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA**, Mônica Ribeiro de. Apresentação. In: ALMEIDA, C. M. C. e OLIVEIRA, Mônica R. (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

3- GESTÃO

A) Coordenação de Curso de Pós-graduação

Período	Função
01/10/2012 a 31/07/2014	Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

B) Chefe de Departamento Acadêmico

Período	Função
13/04/2013 a 12/04/2018	Vice-Chefe do Departamento de História

C) Coordenação de Laboratório

Período	Função
2007 a 2019	Coordenadora do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES)